

# JUNTOS PELOS SINTRENSES

**2017\_2018:**

## **Atividade municipal revisitada (Câmara Municipal)**

### Outubro

**6** Reunião de Câmara, 1ª – Extraordinária e Pública

- Saudação ao novo mandato e aos senhores Vereadores.

1

---

### Novembro

**13** Reunião de Câmara, 1ª – Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Questionada a situação do cidadão que se encontra frente ao edifício dos Paços do Concelho em greve de fome;
- Inquirida a problemática da recolha de resíduos no processo de transição da SUMA para o Município, que terá lugar no final de Novembro.

**21** Reunião de Câmara, 2ª – Ordinária e Pública

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Solicitado o ponto da situação relativamente à aplicação do Regulamento relativo ao Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos;
- Inquirida a metodologia a aplicar pela CMS relativamente a medidas preventivas para racionalização do consumo de água e diminuição do consumo nos edifícios municipais, estabelecimento de ensino e outros.

## Dezembro

### 12 Reunião de Câmara, 3ª – Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Abordada a questão da recolha dos resíduos com acumulação de lixo em vários locais do Concelho e ainda a indevida posição de alguns contentores na via pública.
- Apresentada uma Declaração de Voto a propósito da Proposta de Orçamento para 2018, aqui reproduzida:

2

---

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara,  
Senhoras vereadoras, Senhores vereadores,  
Caros colaboradores municipais,**

Encontramo-nos hoje reunidos para apreciar e votar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, bem como de restantes documentos previsionais dos Serviços Municipais para 2018. São documentos extensos, tecnicamente complexos, reveladores da estratégia do Presidente da autarquia e do restante executivo com competências delegadas. Exigem tempo para a sua leitura, para a necessária reflexão e posterior crítica que desejamos construtiva.

Assim, parece-nos pouco oportuno que estes documentos sejam apreciados numa reunião que conta com 71 pontos na Ordem do Dia e mais 16 Pontos extra-ordem, 7 dos quais recebidos ontem às 20 horas, o que implica um esforço acrescido de análise.

Sr. Presidente, permita-nos deixar a sugestão que nos próximos anos a apreciação de documentos estratégicos para a vida do município, e dos sintrensens em particular, possa acontecer em sessões camarárias com menor número de propostas agendadas. Aqui fica o nosso primeiro desafio.

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara,  
Senhoras vereadoras, Senhores vereadores,**

A análise dos documentos em apreço permitem-nos retirar várias conclusões e são estas que os eleitos, no âmbito da Coligação “Juntos pelos Sintrensens”, neste órgão querem partilhar convosco no actual contexto de maioria absoluta do Partido Socialista nos órgãos autárquicos municipais.

**Breves considerações.**

- No que às receitas diz respeito, podemos constatar que o Orçamento apresenta uma previsão de 194 milhões de euros, mais 21,760.000 que no ano transacto, sem contar com a necessária revisão orçamental de abril, após a aprovação das Contas de 2017. Significa isto que a Câmara conta com maior músculo financeiro e maior capacidade de intervir na vida dos sintrensens, das suas instituições e empresas.

Se olharmos para os impostos municipais de maior dimensão, percebemos que há uma previsão de aumento da receita. E destes, permita-nos destacar, a título de exemplo, o aumento de 2,9 milhões de euros, nos quais se encontram inscritos 1,9 milhões de euros em processos de loteamento. Neste item em particular, a que processos dizem respeito?

Queremos olhar para os impostos como peças de um puzzle que fazem sentido olhando para o seu conjunto. É uma discussão que entendemos ser importante, ambicionamos que um dia possa esta Câmara cobrar receitas na justa medida das suas necessidades, nem mais, nem menos, para fazer face aos compromissos que assume do ponto de vista plurianual.

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara,  
Senhoras e Senhores Vereadores,**

Da partilha que convosco fazemos, queremos valorizar **algumas preocupações:**

-Verifica-se que o valor das despesas correntes é mais do dobro do atribuído às despesas de capital, o que em termos percentuais corresponde a 64,48% face ao conjunto da despesa.

Ao longo dos diferentes documentos em análise, deixamos o registo de alguns assuntos que gostaríamos de ter visto valorizados:

- Quais os novos projectos para a área dos idosos, tendo em conta o crescimento do seu número e as respostas que juntos temos que encontrar?

- Qual a opção em matéria de reforço de emprego protegido para a população deficiente, apostando no bom trabalho que as instituições do concelho vão praticando?

- Quais as opções em matéria cultural que permitam posicionar o concelho na área metropolitana de Lisboa e no país? É preciso continuar a captar iniciativas impactantes como *Lisbon & Sintra Film Festival que saudamos e que votámos favoravelmente.*

- *Qual a estratégia da câmara para a TratoLixo, no que se refere à opção de participação, tendo em conta o peso populacional do concelho e os custos que daí decorrem?*

- *Qual o caminho a percorrer para reforçar a participação municipal na Parques de Sintra Monte da Lua?*

- *Quais as grandes opções em matéria de mobilidade?*

- *Qual o caminho para o PDM?*

- Qual a justificação para o decréscimo de 8,6 milhões de euros para 7,9 milhões, no que se refere à gestão escolar para refeições e transportes?

- Ou ainda a redução de 2,4 para 2,1 milhões de euros para o financiamento das atividades relacionadas com a educação?

- Ainda no que se refere às transferências correntes, no que se refere ao apoio financeiro concedido às juntas de freguesia, verifica-se uma diminuição de 100 mil euros, de 8,5 milhões de euros, para 8,4 milhões para o ano de 2018.

- Finalmente, gostaríamos de destacar o esforço financeiro que o município está a fazer ao assumir para si a construção dos equipamentos de saúde, nomeadamente a construção do hospital de proximidade, bem como dos centros de saúde, para colmatar as falhas do poder central; assumimos, também nós, este compromisso, ao votarmos favoravelmente as propostas apresentadas em sede de reunião de câmara, por considerarmos que esta responsabilidade partilhada vai ao encontro dos interesses, anseios e, fundamentalmente, das necessidades das nossas comunidades. Contudo, gostaríamos ainda que este compromisso não inviabilizasse outros, esses sim da esfera de competências municipal.

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara,  
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,**

Seria sempre mais fácil, menos aborrecido, aqui não trazer nenhuma reflexão. O nosso compromisso com os sintrensens, com o mandato que nos conferiram, impõe que assim não seja. Ao analisarmos os diferentes documentos cumprimos uma parte do exercício das nossas funções e acreditamos que contribuímos para desafiar à ponderação quem lidera o executivo municipal.

Por fim, dizer ainda que a elaboração destes documentos resulta de uma maioria absoluta, que foi sufragada no último ato eleitoral, e que confere a quem renova agora o seu mandato uma responsabilidade acrescida na prossecução dos compromissos que assume com os Sintrensens. Respeitamos e respeitaremos sempre os princípios democráticos e a vontade popular, e, por isso, continuaremos presentes e atentos à execução desses mesmos compromissos, numa perspetiva construtiva, que resulta também do nosso compromisso com as comunidades.

## 19 Reunião de Câmara, 3ª – Ordinária e Pública

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Questionado se o projecto de requalificação do Largo D. Fernando II (Largo da Feira de S. Pedro) se encontra concluído ou não.
- Abordada a questão da sinalização horizontal colocada na EN9 entre a Rotunda da Fervença e a via de cintura Fervença/Lumarinho, em resultado das reclamações apresentadas pelas empresas sedeadas na zona, uma vez que as alterações verificadas lhes trazem incómodos ao nível de acesso.
- Relativamente ao edifício Titanic, cujo processo foi abordado no mandato anterior pelo Vereador Pedro Matias, salientado o reconhecimento da pertinência das questões então suscitadas e valorizada a prestação do Comandante Lage e do Dr. Moisés Afonso, bem como da equipa técnica que esteve no local.
- Intervenção sobre a questão de despejo de uma família, cujas crianças frequentam a EB Visconde Juromenha e alertada para a gravidade da situação vivida, que exige urgente mediação camarária.

# 2018

## Janeiro

### 3 Reunião de Câmara, 2ª – Extraordinária e Privada

### 5 *Press-release* “Lixo: património de Sintra”

Foi em Novembro, voltaria a ser em Dezembro e de novo agora em Janeiro, abordada pelos Vereadores do Grupo Político “Juntos Pelos Sintrenses” a questão da recolha dos resíduos e denunciada acumulação de lixo em vários locais do Concelho, agravada ainda pela indevida posição de alguns contentores na via pública, naquilo que se traduziria numa interpelação ao Presidente da Câmara sobre a evidência da ineficácia do serviço prestado.

Com as fotos a fazerem jus à máxima de que uma imagem vale mais que mil palavras, aquelas que se anexam dão exemplos contundentes da realidade que é vivida em diferentes freguesias, configurando problemas que podem pôr em causa a saúde pública e que são atentatórios relativamente aos padrões de limpeza pública exigíveis.~

A decisão de remoção de pontos de recolha dos RSU, ao reduzir a capacidade geral de deposição do lixo produzido, acabaria por revelar-se fatal para a situação que se vive e que tem motivado inúmeras reclamações dos munícipes, bastando que uma ponte ou um feriado sem recolha, avolumem a insustentabilidade da situação.

Deseja-se um serviço público de qualidade, que não soçobre por ditames economicistas ou emperre por razões administrativas e essa será sempre uma exigência por que procuraremos bater-nos em nome dos Sintrenses e pelos Sintrenses.

## 9 Reunião de Câmara, 5ª – Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Requerido o projecto de requalificação do Largo D. Fernando II (Largo da Feira de S. Pedro).
- Solicitada informação sobre o modelo de gestão da Oficina de Ciência de Sintra.

## 26 Reunião de Câmara, 6ª – Ordinária e Pública

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Pedido o ponto da situação relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, uma vez que só foi realizada uma reunião.
- Levantada a questão da possibilidade da Câmara passar a gerir a habitação social que encontrando-se no Concelho, pertence a outras entidades, à semelhança do que aconteceu com o IRU.
- Levantada a questão de controle da lagarta do pinheiro.
- Foram suscitados esclarecimentos em torno da recolha de resíduos sólidos urbanos e da prestação de serviços por parte de operadoras privadas.
- Pedido o ponto da situação relativamente ao Hotel Netto, em face do alargado prazo sem que as obras tenham tido sequência

## Fevereiro

### 6 Reunião de Câmara, 7ª – Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- A propósito da Oficina de Ciência de Sintra, foram requeridas as Atas das duas Assembleia Gerais realizadas recentemente, bem como a constituição dos Órgãos Sociais.
- Abordado de novo a matéria relativa à recolha dos resíduos, na sequência de intervenção do Sr. Presidente, que suscitou as seguintes questões:
  - Face a uma eventual anulação do concurso público de aluguer das viaturas de recolhas, por número insuficiente de unidades consideradas no caderno de encargos, qual o tempo que medeia entre ela e a nova adjudicação;
  - Quem irá assumir a recolha durante esse período e por quanto tempo?
  - De quem foi a responsabilidade do lançamento do caderno de encargos, face à discrepância entre o nº de unidades consideradas e aquelas que efectivamente são reconhecidamente necessárias.

## 9 *Press-release* “Apelo ao Presidente da República - A pensar na população idosa com mais baixos recursos”

**Uma redução na fatura da eletricidade nos meses em que o seu consumo é maior, tendo por destinatários os mais idosos e com rendimentos manifestamente exíguos para acomodar essa alteração e dotar a rede social de maiores responsabilidades na sinalização dos abrangidos, foram duas das sugestões apresentadas pelos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos Pelos Sintrenses”, no âmbito do apelo dirigido ao Presidente da República no passado dia 6 de Fevereiro.**

Trata-se, de facto, duma preocupação de cariz social que adquire uma especial relevância em alturas como aquela que vivemos, com a vaga de frio que se tem feito sentir e que tem motivado ações extraordinárias para minimização dos impactos no que aos sem-abrigo diz respeito.

Assumido que aqueles concidadãos se encontram no topo dos que mais sofrem com este agravamento das temperaturas, tornando insustentável a sua permanência desabrigada, **viu-se salientada a apreensão que lhes é suscitada pela população idosa de mais baixos recursos, atendendo à dificuldade em garantir o conforto térmico nas suas próprias casas.**

É que se nalguns casos a magreza dos seus rendimentos não permite sequer que se prestem à utilização de equipamentos de aquecimento, outros há em que o recurso aos mesmos acaba por tornar inoportável a fatura de eletricidade, pelo incremento de consumo que inevitavelmente gera, comprometendo o equilíbrio, já por si instável, do seu orçamento familiar.

Surgindo-lhes muito restritivo o acesso automático à Tarifa Social da EDP, na medida em que serão muitos os idosos que não se incluindo naqueles parâmetros, não deixarão por isso de se confrontar com grandes dificuldades, que os levam a

suprimir a satisfação de necessidades básicas, acentuando a sua debilidade e comprometendo a sua saúde, formularam apelo ao Senhor Presidente da República para que tal assunto possa incluir-se entre os temas a que devota uma particular atenção, pela enorme sensibilidade que lhe é reconhecida.

A título de exemplo e sendo uma situação real que conhecem, referiram a dificuldade com que uma octogenária com uma pensão na ordem dos 350€ se confronta face a uma fatura de 90€ de eletricidade para saldar.

Com as medidas sugeridas a poderem revestir um alcance socialmente muito considerável e um claro investimento na saúde e bem-estar daqueles que se encontram em situação mais vulnerável, chamar a atenção para esta realidade, no sentido de pode ensaiar-se um programa que lhes dê apoio, esteve na base desta iniciativa dos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrenses” submetendo-as à superior consideração do Excelentíssimo Presidente da República.

## 27 Reunião de Câmara, 8ª –Ordinária e Pública

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Abordada a questão do arrendamento jovem, relativamente ao ponto da situação do programa, concretamente em matéria da sua reabertura, tendo em vista o número de candidatos que registou e o significado que a fixação de jovens representa;
- Questionado o prazo relativo à reparação do abatimento do piso no edifício Titanic;
- Questionado o ponto da situação sobre a rotunda da Terrugem;
- Inquirida a composição da Comissão Municipal de Proteção Civil e alerta sobre a imprecisão constante no site da CMS, atendendo a que nele consta que a compõe um representante da HPEM;
- Abordada a situação relativa à Matinha de Queluz e à denúncia recepcionada quanto ao degradante estado da mesma.

## Março

### 6 Reunião de Câmara, 3ª –Extraordinária e Pública

- *Press-release* **“A propósito da revisão do PDM”**

Foi hoje presente, em Reunião Extraordinária e Pública convocada para o efeito, com o objectivo da competente deliberação pelo Executivo Camarário, o envio da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal à Comissão Eventual de Acompanhamento da Revisão do PDM junto da Assembleia Municipal.

Apesar de tal remessa contar com o voto favorável dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos Pelos Sintrenses”, viram-se precisadas posições de princípio que os mesmos defendem, respaldadas na intervenção realizada, de cujo teor se dá conhecimento em anexo.

Para além da ressalva, que não se resume a um pormenor ou preciosismo, relativa à circunstância de dever ser a proposta enviada ao Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que em termos regimentais a ele lhe compete encaminhá-la à Comissão, tal como estipula a alínea a) do nº 1 do Artº 63º e não directamente a ela pela Câmara Municipal, o que só por si é indiciador de “(...) um sinal dos tempos da maioria absoluta do Partido Socialista nos órgãos municipais”, comprometedor da sua independência, viram-se salientados alguns aspectos, a saber:

- A falta de disponibilidade do Presidente da Câmara para envolvimento dos Vereadores da oposição na construção do documento, muito embora ela tivesse sido manifestada pelos mesmos em diferentes momentos;
- A imprescindibilidade duma ampla divulgação para que a participação pública seja abrangente e profícua;
- A preocupação suscitada pela redução da área de solo urbano, pelos condicionalismos que tal gera em matéria de investimento público e privado em áreas determinantes para o bem-estar e para a atractividade do território, defendendo que as opções sobre que se sustenta o Plano Diretor Municipal sejam sopesadas, equilibrando visão, estratégia e as expectativas dos diferentes agentes, concorrendo para um modelo de desenvolvimento sustentável.

Na essência, defende a Coligação “Juntos Pelos Sintrenses” que o novo PDM deve expressar uma política municipal que contribua para a existência de oferta de solo para todas as funções na quantidade, qualidade, localização e preço adequados que fomente a coesão territorial e a diversidade social, de todo o sistema urbano do concelho de Sintra.

## 13 Reunião de Câmara, 9ª –Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Abordada a questão da descarga da ETAR de Magoito;
  - Intervenção sobre a situação da EB de Francos;
  - Pedido o ponto da situação relativamente à obra na zona envolvente do edifício Titanic;
  - Questionada a utilização programada para a Base Aérea nº1 e para a respectiva Academia.
- 
- ***Press-release “A propósito das alterações propostas na circulação viária”***

Foi hoje presente, em Reunião Ordinária e Privada da Câmara Municipal de Sintra, a proposta relativa às alterações na circulação viária no Centro Histórico de Sintra, subscrita pelo seu Vice-Presidente, para deliberação pelo Executivo Camarário.

Apesar das questões da mobilidade em geral se assumirem como um desígnio a prosseguir pela gestão municipal no âmbito do território, os problemas específicos de falta de fluidez do trânsito no acesso aos principais locais de interesse patrimonial, vêm reclamando uma particular atenção e o ensaio de soluções sustentadas numa avaliação concertada que conduzam à implementação de medidas que procurem a conciliação dos interesses em presença.

É convicção generalizada que os engarrafamentos verificados nos eixos de acesso ao Centro Histórico, muito incrementados por via do aumento da procura turística que se tem verificado e causadores de grande incómodo quer para os residentes, quer para aqueles que nos visitam e ainda de justificados receios em matéria de segurança pública, vêm assumindo uma dimensão que compromete a sustentabilidade do modelo existente.

Ora, depois de em diferentes circunstâncias, ter o Executivo Camarário anunciado estar a ser trabalhado um Plano de Mobilidade, que conduziu até no anterior mandato a uma aquisição de serviços especializados para o efeito e dessa matéria ter justificado, ao nível do actual organograma da CMS, a criação dum Gabinete de Mobilidade e Transportes, o que parecia indiciador da assunção duma importância e

centralidade incontornáveis, eis que surge agora o momento para apresentação duma Proposta visando a introdução de alterações significativas na circulação.

**Aquilo que ela revela é afinal contrário ao que se supunha e que se vinha pré-anunciando, a começar pela forma.**

Em primeiro lugar, uma matéria desta importância foi partilhada com os Vereadores apenas ontem ao final da tarde do dia que antecedeu a Reunião do Executivo, naquilo que naturalmente inviabiliza uma reflexão e análise que se exigiam atentas e circunstanciadas.

**Mas também ao nível do conteúdo, as lacunas se revelaram evidentes.** É omissa qualquer memória descritiva que sustente o modelo proposto, em termos de diagnóstico fundamentado e das opções defendidas, procurando esclarecer o sentido subjacente às mesmas, como são omissas quaisquer referências a consultas realizadas ou àquilo que seria uma sã troca de impressões havida com os diferentes agentes, procurando conformizar o preconizado com o que é por eles vivenciado, envolvendo-os, como seria desejável, na solução desenhada.

Manifestado pelos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos Pelos Sintrenses” aquilo que consideravam serem as fragilidades de que enfermava a proposta e não tendo colhido receptividade a sua sugestão para que fosse adiada a votação, não poderia ser senão “Contra” o sentido do seu voto na deliberação em causa. Exatamente porque está demasiado em causa!

Saudada foi, todavia, a disponibilidade manifestada pelo Sr. Presidente da Câmara para serem prestados os esclarecimentos técnicos necessários, abrindo a porta a eventuais contributos que os Vereadores da Coligação entendessem apresentar, os quais poderiam, em caso de reconhecimento da sua pertinência, vir a suscitar competente deliberação em sede de reunião camarária.

Em nome do interesse público e dos princípios por que pugnam os mesmos, essa será, claramente, a sua intenção.

## 23 *Press-release* “Mobilidade em Sintra: é este o caminho?”

Presente na Reunião Ordinária e Privada da Câmara Municipal de Sintra de 13 de março, a proposta relativa às alterações na circulação viária no Centro Histórico de Sintra, subscrita pelo seu Vice-Presidente, para deliberação pelo

Executivo Camarário, suscitaria a mesma o Voto Contra dos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrensenses”.

Não que as questões da mobilidade em geral não se assumam como um desígnio a prosseguir pela gestão municipal no âmbito do território, já que os problemas específicos de falta de fluidez do trânsito no acesso aos principais locais de interesse patrimonial, vêm reclamando uma particular atenção e o ensaio de soluções sustentadas numa avaliação concertada que conduzam à implementação de medidas que procurem a conciliação dos interesses em presença.

Depois de, em diferentes circunstâncias, ter o Executivo Camarário anunciado estar a ser trabalhado um Plano de Mobilidade, que conduziu até no anterior mandato a uma aquisição de serviços especializados para o efeito e dessa matéria ter justificado, ao nível do actual organograma da CMS, a criação dum Gabinete de Mobilidade e Transportes, o que parecia indiciador da assunção duma importância e centralidade incontornáveis, surgiu agora o momento para apresentação duma Proposta visando a introdução de alterações significativas na circulação.

**Evidentes fragilidades ao nível da forma e do conteúdo foram desde logo denunciadas:**

Uma matéria de tal importância e complexidade foi partilhada com os Vereadores apenas na véspera (ao final da tarde) do dia que antecedeu a Reunião do Executivo, naquilo que naturalmente inviabilizara uma reflexão e análise que se exigiam atentas e circunstanciadas e era omissa qualquer memória descritiva que sustente o modelo proposto ou quaisquer referências a consultas realizadas ou àquilo que seria uma sã troca de impressões havida com os diferentes agentes, procurando conformizar o preconizado com o que é por eles vivenciado, envolvendo-os, como seria desejável, na solução desenhada.

E são várias as preocupações que nos são suscitadas pelas alterações a aplicar a partir das 22H00 do próximo dia 26:

- **Não existem novas alternativas de estacionamento**, uma vez que são divulgadas apenas as existentes, já esgotadas e manifestamente insuficientes;
- Embora garantida a circulação dos veículos prioritários e de emergência, **continuam sinalizados alguns pontos críticos**;
- Apesar do **reforço de policiamento e vigilância nas zonas sensíveis**, receia-se alguma tensão, agravado ainda pelo facto dos sistemas de GPS ainda não incorporarem estas novas alterações;

- A **inexistência de transportes alternativos** que assegurem a mobilidade local dos visitantes;
- **Desconhecimento do sistema de identificação local dos moradores**, bem como dos comerciantes locais;
- Surge **inoportuno o momento da sua entrada em vigor** já que o período pascal é um dos momentos de maior procura de Sintra por parte de turistas, sobretudo espanhóis, facto que desaconselha, por si só, qualquer alteração de trânsito, sem ser previamente testada em período de menor "carga".

Ao defendermos uma visão global e integrada da mobilidade e transportes em Sintra sobram-nos legítimas e sérias dúvidas de que a mobilidade em Sintra vá **realmente** mudar para melhor.

## Abril

### 2 Reunião de Câmara, 10ª –Ordinária e Pública

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Suscitada questão relativa à Orquestra Geração, a propósito da comunicação enviada pelo Diretor;
- Intervenção sobre a falta de instalações sanitárias para servir os trabalhadores dos transportes colectivos, na Portela, Algueirão Mem-Martins, Tapada das Mercês, Rinchoa e Rio de Mouro, conforme denúncia da STRUP;
- Apresentada a situação relativa ao Bairro das Campinas, na Xetaria;
- Abordada a questão do PDM, sugerindo a disponibilização a cada Junta de Freguesia, de um dossier para facilitar a consulta pelos fregueses;
- Questionado o ponto da situação relativo à atribuição dos subsídios pela DGArtes, que compromete a sobrevivência dos grupos de teatro;
- A propósito da anunciada transferência das turmas do 9º ano da EB D. Domingos Jardo para a sede de Agrupamento, no próximo ano lectivo, questionado o conhecimento da CMS e a intervenção nessa matéria, mesmo se não tem competências nesse âmbito.

## 10 Reunião de Câmara, 11ª –Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Questionámos o executivo sobre o incumprimento do pagamento das rendas da Habitação Social Municipal: quais os valores em dívida, o número de imóveis em causa e a forma da cobrança dos valores em falta, bem como o número de novos pedidos de habitação municipal;
- Chamada a atenção para a falta de iluminação na Av. 25 de Abril em Mira Sintra;
- Apresentada a situação de derrocada iminente de um terreno na Rua José Malhoa, na Tapada das Mercês;
- Alertar para a situação inusitada de marcação de uma paragem de autocarro exactamente à frente de uma porta de entrada de um prédio, no Largo Ferreira de Castro, em Sintra;
- Atendendo a que a hasta pública do Terreno Parcela M, em Agualva ter ficado deserta, que iniciativa irá agora tomar o executivo;
- Pedidos esclarecimentos sobre os critérios que fundamentaram a implementação da taxa turística de 2€ por quarto de hotel no Concelho de Sintra.

15

## 24 Reunião de Câmara, 12ª –Ordinária e Pública

1. Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Abordada a questão dos transportes públicos (supressão de carreiras, degradação do material circulante, atrasos, etc);
- Incentivada a promoção e o reforço pela autarquia da prática de desporto informal e de valorização do espaço público;
- Relativamente às alterações na circulação de trânsito, veiculada a informação relativa à recolha de contributos junto de entidades várias que vem sendo diligenciada pelo Grupo Político “Juntos Pelos Sintrenses”;
- Salientada a importância do desporto escolar;
- Abordadas situações várias relativas a problemas ao nível da sinalização e circulação automóvel, identificados por munícipes nas localidades de Janas

e Algueirão, Mem-Martins, atendendo à reiterada dificuldade de resolução pela autarquia;

- Apresentada a situação preocupante vivida na EB das Lopas, em matéria de condições que as instalações oferecem;
- Louvadas as iniciativas no âmbito da Assembleia Municipal Jovem.

## Maio

### 15 Reunião de Câmara, 13ª –Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- A propósito da notícia hoje veiculada de que na fase 2 do Plano de Combate aos Fogos Florestais, estão apenas disponíveis 13 dos 32 meios aéreos, manifestada preocupação relativamente às suas consequências ao nível do concelho;
- Apresentada Recomendação relativa ao quadro de benefícios dirigidos aos bombeiros voluntários, no âmbito do reconhecimento imenso que lhes é devido e cuja votação se viu adiada, a pedido do Presidente;
- Solicitado um ponto de situação relativamente ao concurso de alienação de fogos para auto-construção cujo edital com os resultados, deveria ter sido publicado até 15 de abril;
- A propósito do Regulamento das Taxas e outras Receitas do Município, salientado que faltam documentos que suportem as opções tomadas e denunciado que se privilegia o apoio aos grandes investimentos, não se aliviando os munícipes e comércio. Igualmente no que se refere à taxa turística, denunciado que não foi apresentado nenhum estudo que suporte o valor definido, nem o modelo da sua aplicação;
- A propósito do aluguer do terreno na Cavaleira para nele instalar um parque de estacionamento, questionada a opção do arrendamento em detrimento da compra, tendo em conta o investimento nas infra-estruturas ser estruturante e de elevada monta;
- Manifestada preocupação a propósito do nº de crianças e jovens sem médico de família no contexto nacional e do caso específico de Sintra, já que está na dianteira relativamente ao nº de recém-nascidos e aos jovens com menos de 18 anos, conforme notícia veiculada pelo Público e com base no levantamento que resultou de perguntas enviadas em março (por iniciativa do BE) aos 55 agrupamentos de centros de saúde;

- Saliçada a necessidade de pintura e requalificação do edifício do Deptº de Urbanismo, face ao aspeto degradado que já oferece;
- Abordada a questão do pequeno jardim do Casal de S. Domingos, que, depois da recuperação do estufim, continua sem qualquer outra intervenção em matéria de requalificação. Sugerida a intervenção camarária e a sua disponibilização para fruição pública, proposta que foi acolhida com receptividade;
- Acerca da notícia veiculada a propósito da freguesia de Algueirão Mem-Martins se encontrar entre as 15 localidades com mais poluição, foi sugerido que se avaliassem os critérios que enformaram tal classificação e a localização dos sensores que fazem a sua medição;
- Apresentado Voto de Pesar pelo falecimento do artista Filipe Costa.

- ***Press-release “Taxas que não são taxinhas!- A propósito da Tabela de Taxas e Outras Receitas para 2018”***

Foi hoje presente à Reunião do Executivo Camarário para deliberação, a proposta relativa ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas de Sintra e à Tabela de Taxas e Outras Receitas para 2018, ressaltando o texto algumas das circunstâncias que terão orientado determinadas opções.

**Identificada a ausência de documentos essenciais de suporte a uma tomada de decisão responsável**, como por exemplo a omissão do relatório do Grupo de Trabalho que preparou a proposta, a não inclusão dos contributos recolhidos no âmbito da participação pública ou os fundamentos que ditaram a definição do valor para a taxa turística, questionando-se ainda o modelo da sua aplicação, já que deveria privilegiar-se a melhoria e valorização em áreas que por via do afluxo turístico conhecem uma evidente sobrecarga, **foi de Abstenção o sentido de voto dos Vereadores do Grupo Político “Juntos Pelos Sintrenses”**.

E se o referido Regulamento contempla reduções/isenções, como sejam os casos dos Bombeiros, da Parques de Sintra Monte da Lua ou das acções de regularização das empresas industriais (do Tipo III), reclamam estes Vereadores que seja patente que se privilegiem os grandes investimentos, de que é exemplo a redução consagrada para os empreendimentos turísticos, mas apenas os de 5\*, não se conhecendo, em contrapartida, alívios ao nível do comércio, como forma de o dinamizar ou dos próprios municípios.

## 21 Reunião de Câmara, 14ª –Ordinária e Pública

A.O.2 Recomendação n.º 1-JPS/2018, (**Subscrita pelos Vereadores da Coligação “Juntos pelos Sintrensenses”**) – **Retirada a pedido do Sr. Presidente, para avaliação jurídica das propostas.** Aqui se reproduzem os seus termos:

### RECOMENDAÇÃO Nº1-JPS/2018

- Considerando que o Dia Internacional do Bombeiro se comemorou no passado dia 4 de maio e que se trata duma data global instituída em 1999 em reacção à trágica morte de 5 bombeiros na Austrália;
- Considerando que o objetivo do dia é chamar a atenção dos vários países do mundo para a importância dos bombeiros nomeadamente na prevenção e combate de incêndios e na coordenação de esforços em caso de emergência e calamidade;
- Considerando que nunca é demais enaltecer o seu extraordinário altruísmo, na intransigente dedicação ao outro e à defesa do seu bem-estar;
- Considerando a circunstância de mais de 90% dos bombeiros portugueses serem voluntários (estimando-se existirem no todo nacional cerca de 30.000 bombeiros) - uma proporção que eventualmente encontrará replicação em termos municipais - e que se dá por vezes a feliz coincidência de, mesmo alguns daqueles que integram os Grupos de Intervenção Permanente, serem profissionais e voluntários ao mesmo tempo (assumindo essa condição fora das horas de trabalho ao serviço da mesma corporação), o que é bem revelador do seu carácter e entrega ao bem público;
- Considerando que mesmo não podendo qualquer coisa que se faça ou dê ser assumida como paga dessa sua dedicação em prol do seu semelhante, pela simples circunstância de não ser pagável, mas que medidas de carácter simbólico plasmadas num **Programa de Valorização do Voluntariado** poderiam ser uma modesta mas simbólica forma de lhes expressar o reconhecimento municipal;
- Considerando que, nos termos da alínea u) do nº1 do artigo 33º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei nº75/2013, de 12 de Setembro, compete à câmara municipal, apoiar pelos meios adequados,

actividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município e que, **ao implementar um Programa que contemplasse um conjunto de benefícios aos bombeiros voluntários, estaria o Município a prestar-lhes justo tributo, adquirindo esta iniciativa um especial significado no âmbito da comemoração recente do Dia Internacional do Bombeiro;**

Temos a honra de propor que seja deliberada pelo Executivo a recomendação relativa à materialização do Programa de Valorização do Voluntariado e que no seu âmbito sejam equacionadas medidas que representem um incentivo aos bombeiros voluntários e seus familiares diretos, traduzidas nomeada e exemplificadamente:

- Na redução da fatura da água, saneamento e resíduos;
- Na comparticipação na despesa com o serviço de transporte urbano (para o que seria garantida a sensibilização e envolvimento dos operadores, em termos do seu apoio);
- No acesso a iniciativas culturais da responsabilidade da autarquia;
- No acesso, em condições especiais, aos equipamentos desportivos e culturais de gestão municipal;
- Na atribuição de apoio para material escolar (no caso de filhos em idade escolar);
- Na criação de bolsa para acesso facilitado dos filhos a programas de férias promovidas pelo município.

## Junho

### 12 Reunião de Câmara, 15ª – Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Apresentada Recomendação para atribuição de Medalha de Mérito Municipal a Rui Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Colares por 3 mandatos, pela relevância dos serviços que superlativamente prestou como autarca e cidadão exemplar e pelos inestimáveis benefícios advindos, por seu intermédio, para Sintra e para os Sintrensens.

- Alerta para a necessidade de requalificação das vias em Casal de Cambra, com colocação de lombas para redução da velocidade na Av<sup>a</sup> de S. Tomé e Príncipe em Casal de Cambra, atendendo à elevada sinistralidade que nela ocorre;
- Abordada a situação dos moradores na Vila Velha, nomeadamente os que residem no Largo Ferreira de Castro e Largo do Vítor, face às dificuldades de acesso ao transporte público. A carreira 433 da Scotturb deixou de servir esses locais, com as alterações à circulação, o que dificulta a acessibilidade dos moradores mais idosos. Proposta para se ver equacionado, em alternativa ao que agora acontece, de descida do autocarro em direcção ao Palácio Valenças, fazer-se o percurso dessa carreira pela Sabuga, servindo aquelas zonas, mas sendo para tal necessário entrar no centro histórico e essencial que a empresa optasse por autocarros pequenos;
- Abordada a questão das bolsas de estacionamento para residentes no Centro Histórico, que, em conjunto com o anterior será objecto de troca de impressões com o Vice-Presidente;
- Questionado o plano de intervenção para a EB1/JI Mestre Domingos Saraiva, tendo em conta as desconformidades várias identificadas por pais e encarregados de educação;
- Referida a situação em que se encontram os pisos da EB1 do Mucifal e a falta duma auxiliar administrativa, na sequência de contacto firmado pelos pais;
- Com a problemática da utilização excessiva do plástico a ter marcado as notícias recentes no âmbito da comemoração há uma semana atrás do Dia Mundial do Ambiente e de se ter salientado a dificuldade de cumprimento pelo nosso país das metas de 50% de deposição selectiva para 2020, já que se situa agora em 38%, solicitado que fossem facultados os números relativos à recolha selectiva e aos indiferenciados nos últimos 5 anos (2013-2017);
- Denunciada a situação que se vive em S. Marcos, atendendo à emissão de gases poluentes, a qual foi já objecto de exposição pela munícipe a várias entidades;
- Requerida a consulta ao processo relativo ao licenciamento do Hotel da Gandarinha;
- Abordados os problemas de mobilidade e de congestionamento no IC19, exponencialmente agravados aquando de algum acidente;
- Questionada a forma como está a ser processado o apoio ao associativismo, tendo em vista o reconhecimento e o apoio ao tecido associativo juvenil e desportivo;
- Relativamente à electrificação da Linha do Oeste, questionado se este investimento não vai em sentido contrário à revisão do PDM, na medida em que este está a consagrar a redução de 5% na área urbana. Inquirida também a situação relativa ao Interface da Pedra Furada para cargas e descargas.

## 26 Reunião de Câmara, 16ª –Ordinária e Pública

A.O.1 Pedido de suspensão de mandato do Sr. Vereador Paulo Jorge Jacinto Veríssimo.

## Julho

### 10 Reunião de Câmara, 17ª –Ordinária e Privada

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Intervenção sobre o Acordo para a Descentralização de Competências nos Municípios, no qual se questionou o envolvimento da CMS no processo e qual a estratégia da mesma no que diz respeito a:

- Metodologia de discussão deste tema nos órgãos municipais;
- Prazos
- Áreas abrangidas.

- *Press-release* “**Acordos de descentralização feitos também nas costas de Sintra?**”

A Reunião Camarária hoje cumprida foi palco para que, no Período Antes da Ordem do Dia, Marco Almeida interpelasse o Presidente sobre um tema da maior oportunidade em matéria de gestão autárquica e das novas responsabilidades que em breve estarão acometidas ao Município de Sintra.

O mote da intervenção pelo mesmo protagonizada residiu no anúncio divulgado há poucos dias na comunicação social e relativo ao fecho do acordo de descentralização de competências firmado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), após 2 anos de negociações.

Em jeito de contextualização, importará referir que era nos dois diplomas mais relevantes de regulação da transferência de competências da Administração Central para as autarquias que residiria o pomo da discórdia, mas que terão aqueles agora conhecido aprovação por expressiva maioria, (já que dos 17 autarcas que integram a estrutura directiva da ANMP, apenas 1 votaria contra).

Ora no que a Sintra diz respeito e tratando-se do 2º maior município, assumia um particular sentido questionar o Sr. Presidente sobre esta matéria, nomeadamente sobre o envolvimento da CMS no processo e a estratégia da mesma no que se refere à metodologia de discussão deste tema nos órgãos municipais, aos prazos de concretização e às áreas abrangidas pela descentralização.

Ainda a propósito, lamenta-se o facto do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Presidente da AML, Fernando Medina, não ter estado atento às reais consequências deste novo figurino de competências a assumir pelas autarquias.

Aliás, não só não é conhecida qualquer posição pública da sua parte, como sequer se conhece qual foi o envolvimento dos municípios em todo este processo.

E a gravidade de tal procedimento não pode deixar de ser relevada.

22

---

Leva, aliás, que se questione, na linha das dúvidas oportunamente colocadas por Rui Moreira acerca do interesse do Porto em integrar a ANMP - argumentando que a associação concordara com um projecto de descentralização sem antes ouvir os municípios associados - , qual o interesse efectivo de participação da Câmara Municipal de Sintra na AML, dado que se terá assistido à condenável replicação do mesmo procedimento e que também no caso de Sintra os acordos de descentralização tenham sido feitos nas suas costas!

## 24 Reunião de Câmara, 18ª –Ordinária e Pública

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Abordada a situação do Lixo no Concelho, com destaque para a União de Freguesias de Sintra.
- Pedido de esclarecimento sobre a morte de uma turista em Sintra, colocadas diferentes questões e expandidas várias considerações, a saber:

- Existência dum Plano de Emergência da Serra de Sintra e seus Monumentos?
- Ministrado curso de formação em suporte básico de vida aos funcionários dos monumentos de Sintra?
- Questionada a realização de simulacro nos Monumentos de Sintra em dia normal e de grande afluência de visitantes?
- Inquirida a existência de desfibriladores durante os percursos até ao Castelo dos Mouros ou Palácio da Pena ou mesmo um Posto Médico a "meio caminho".
- Questionada a existência de vias secundárias de emergência? (útil também para incêndios) ex. - Santa Eufémia...
- Sugerida a regulamentação para prestação de serviços de emergência médica extrema (exemplo: AVC) no Concelho de Sintra mediante a Celebração de Protocolo entre o Ministério da Saúde (INEM) e Força Aérea (Ministério da Defesa) com vista à atuação de resgate aéreo, para tal sendo necessária zona de aterragem de helicóptero disponível.
- Referência ao facto das alterações de transito visarem "assegurar a acessibilidade dos veículos de emergência e aumentar a segurança rodoviária", mas existirem fragilidades várias que comprovam não estarem devidamente salvaguardadas.
- Pedido de esclarecimento sobre a implementação do Programa EcoEscolas e outros de cariz ambiental.
- Alerta sobre a melhoria da página de internet da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, nomeadamente ao nível da divulgação mais completa de cursos e equipa educativa.

**A.O.1 – Recomendação n.º 2-JPS/2018 (Subscrita pelo Grupo Político Juntos Pelos Sintrenses) - “Estratégia Local para a Pessoa Com Deficiência”, cujos termos aqui se reproduzem:**

#### RECOMENDAÇÃO Nº2-JPS/2018

- Considerando que a promoção da inclusão das pessoas com deficiência, como imperativo de uma sociedade que pretende realizar todo o seu potencial, surge como uma prioridade em matéria de governação;
- Considerando que é com base neste princípio que se afirma crucial garantir condições para a autonomia e autodeterminação das pessoas com deficiência, enquanto pressupostos fundamentais de plena inclusão e da efectiva participação em todos os contextos de vida;

- Considerando que existem respostas a nível local que se constituem como formas de apoio municipal, visando constituir-se como mecanismos facilitadores duma vida independente;
- Considerando que estão nesse âmbito, os Programas “Casa Acessível”, “Transporte Acessível”, “Praia Acessível”, “Tampas Que São Rampas”, o “Sintra Inclui” e o apoio ao Emprego Protegido, através da Curva 4 e que a circunstância de alguns deles já terem sido instituídos há algum tempo, mereceu da nossa parte uma aturada reflexão sobre a sua *performance* e resultados, entroncando aí o propósito de partilha de algumas das preocupações pelos mesmos suscitada;
- Considerando ainda que numa lógica colaborativa, como o justifica a importância deste desígnio inclusivo da pessoa portadora de deficiência, também nos prestámos ao ensaio de propostas, com sugestão de eixos de intervenção passíveis de verem-se protagonizados pela autarquia;

**Temos a honra de proceder à partilha do documento que se anexa, propondo que seja avaliada a pertinência de implementação de algumas medidas naquele detalhadas, no âmbito daquilo que poderia designar-se como “Estratégia Local para a Pessoa com Deficiência”, nomeadamente:**

- Na área da Mobilidade, com o alargamento do conceito subjacente aos Programas “Casa Acessível”, “Praia Acessível” e “Transporte Acessível”, já que se por um lado, a promoção do acesso universal ao meio físico, ao edificado e aos transportes, se assume como estratégia fundamental para prover à qualidade do cidadão portador de deficiência, por outro, a fraca adesão registada relativamente aos referidos programas, atentos os dados disponíveis, nos leve a pugnar para que seja mobilizadora para auditar crítica e construtivamente o modelo de intervenção.

Com tantas pessoas - e muitas delas jovens – que se confrontam com a necessidade de locomoção em cadeira de rodas, por via de deficiência adquirida, fruto de acidentes rodoviários ou outros que ditaram tamanhos condicionalismos a nível motor, estranha-se, por exemplo que possibilidades conferidas por aqueles não os mobilizem, o que levou a que reflectíssemos sobre possíveis razões que o justifiquem.

- Na área da Economia e Emprego, assumindo que a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência ou incapacidade, nomeadamente ao nível da sua participação no mercado de trabalho, é muitas vezes uma realidade adiada devido a diferentes condicionalismos que se prendem com a insuficiência de habilitações escolares adequadas ou com uma fraca sensibilização junto do tecido empresarial.

E a título de exemplos, que no documento anexo se detalham, sugerimos:

- Caber ao Conselho Estratégico Empresarial a assunção de um desafio de facilitação para a empregabilidade de pessoas com deficiência ou incapacidades, sendo expectável o efeito replicador que tal poderia representar. Uma reunião consagrada a esta problemática, com apresentações a cargo de diferentes representantes, incluindo de empresas que integram pessoas com deficiência ou incapacidades e testemunho das mesmas, poderia abrir horizontes e garantir a adesão de princípio a um Programa Municipal de Recrutamento de profissionais portadores de deficiência.
- Complementarmente, a constituição pela autarquia duma Bolsa de Recursos disponível no site e que seria objecto de divulgação junto do tecido empresarial local, o desenho de um projecto de incentivos fiscais e a instituição dum Prémio para Empresa Inclusiva.
- Ainda em matéria de empregabilidade e no sentido de a fomentar, seria defensável que o Programa de Emprego Protegido ganhasse maior expressão em Sintra:

- Quer sob a forma de Enclave (quando um grupo de pessoas com deficiência que é integrado numa empresa para assumir o desempenho de determinadas funções, presumindo que se torne uma experiência inclusiva), que teria nos refeitórios escolares uma aplicação privilegiada, pelo que representaria em matéria de investimento na área da educação para a diferença;

- Quer sob a forma de um projecto de Centro de Emprego Protegido noutra área e com outra vertente profissional, a par da jardinagem e manutenção dos espaços verdes, que já é garantida pelo CECD Mira-Sintra, através da Curva 4, bastando que se perspectivasse a possibilidade de aquisição de serviços específicos pela autarquia e empresas locais, para que, com alguma segurança, se garantisse a sua viabilidade de desenvolvimento e sustentabilidade.

Apesar de serem díspares as necessidades de intervenção para construção duma Estratégia Local para a Pessoa com Deficiência, acreditamos que os contributos expendidos podem oferecer o enquadramento para uma ação integrada dirigida aos munícipes portadores de deficiência ou incapacidades, com o foco a caber na facilitação de uma vida tão independente quanto possível e na sua justa dignificação.

- *Press-release* **“Em nome duma Estratégia Local para a Pessoa com Deficiência”**

Considerando que a promoção da inclusão das pessoas com deficiência, como imperativo de uma sociedade que pretende realizar todo o seu potencial, surge como uma prioridade em matéria de governação e que existem respostas a nível local que se constituem como formas de apoio municipal, visando constituir-se como mecanismos facilitadores duma vida independente, foi hoje apresentada em sede de Reunião Camarária pelos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrenses”, uma Recomendação através da qual se vêem sugeridos eixos de intervenção passíveis de serem protagonizados pela autarquia.

Foi, pois, obedecendo a uma lógica colaborativa, como, afinal, o justifica a importância do desígnio inclusivo da pessoa portadora de deficiência, que aqueles eleitos se prestaram ao ensaio de algumas propostas enquanto contributos para aquilo que foi designado como **“Estratégia Local Para a Pessoa com Deficiência”**.

E as áreas de intervenção abordadas foram várias, desde a Mobilidade - com o alargamento do conceito subjacente aos Programas “Casa Acessível”, “Praia Acessível” e “Transporte Acessível”, à Educação, Economia e Emprego - assumindo que a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência ou incapacidade, nomeadamente ao nível da sua participação no mercado de trabalho, é muitas vezes uma realidade adiada.

Num dossiê com alguma extensão, que fazia parte integrante da referida Recomendação, surgem explanados o enquadramento das respectivas áreas, o diagnóstico dos programas existentes e propostas e possíveis eixos de atuação para aprimorar estratégias passíveis duma melhor resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidades.

Merecerá talvez a pena referir a título de exemplos:

- **A revisão dos critérios para candidatura ao Programa “Casa Acessível”**, admitindo a possibilidade de, na eventualidade de não se rececionarem candidaturas, ser diligenciada uma intervenção ativa junto de entidades várias para que o valor da dotação orçamental pudesse vir a ser efectivamente aplicado em benefício de alguma situação sinalizada como enquadrável;
- Em matéria de acessibilidades, garantir **informação sobre os percursos da rede em Braille e em letra ampliada nos abrigos de autocarros e dotar as paragens com informação sonora**, enquanto mecanismos facilitadores para cegos e amblíopes; ser protocolado entre a CMS e as operadoras **um tarifário especial** para acompanhantes de pessoas com deficiência, à

semelhança do que acontece com a CP ou ainda ser auscultada a disponibilidade de algumas marcas automóveis instaladas no Concelho, para, no âmbito da política de responsabilidade social, consignarem uma dotação orçamental para **apoio à adaptação de carros para deficientes físicos**, cujos moldes de acesso seriam articulados com a autarquia.

- Relativamente ao tão louvável Programa “Praia Acessível”, introduzir melhorias quer em termos de estruturas, quer do seu enquadramento, na linha de ideias já desenvolvidas por exemplo no Brasil: **um ambiente atrativo, uma estrutura de apoio mais leve e integrada** traduzida numa tenda e em toldos protectores, **modelos de cadeiras anfíbias que se prestam simultaneamente a banhos de sol**, pois que replicam uma espreguiçadeira mas com rodas adaptadas para o efeito e, **tanto ou mais importante que todos estes adereços cuja tipologia surge mais convidativa, um programa de actividades sugestivas de carácter desportivo ou cultural e em que a inclusão é o mote.**
- Em termos de Economia e Emprego, poder **cabem ao Conselho Estratégico Empresarial a assunção de um desafio de facilitação para a empregabilidade de pessoas com deficiência ou incapacidades**, sendo expectável o efeito replicador que tal poderia representar, **a possibilidade de constituição pela autarquia duma Bolsa de Recursos** disponível no site e que seria objecto de divulgação junto do tecido empresarial local, o desenho de um projecto de **incentivos fiscais e a instituição dum Prémio para Empresa Inclusiva** e ainda garantir **maior expressão ao Programa de Emprego Protegido**, quer sob a forma de Enclave (quando um grupo de pessoas com deficiência que é integrado numa empresa para assumir o desempenho de determinadas funções) -que teria nos refeitórios escolares uma aplicação privilegiada, pelo que representaria em matéria de investimento na área da educação para a diferença - ; quer sob a forma de um projecto de Centro de Emprego Protegido noutra área e com outra vertente profissional, a par da jardinagem e manutenção dos espaços verdes, que já é garantida pelo CECD Mira-Sintra.

Apesar de serem díspares as necessidades de intervenção para construção duma **Estratégia Local para a Pessoa com Deficiência**, acreditam os Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrensenses” que os contributos expendidos podem oferecer o enquadramento para uma ação integrada dirigida aos munícipes portadores de deficiência ou incapacidades, com o foco a caber na facilitação de uma vida tão independente quanto possível e na sua justa dignificação.

- *Press-release* **“Proposta de Associação de Municípios de Grande Dimensão”**

Considerando que a descentralização administrativa, consagrada pela Proposta de Lei 62/2018 significará a transferência de competências para as Autarquias Locais e que para tal o Município de Sintra deverá acautelar as condições em que a mesma se processa, em nome da eficiência e duma melhoria efectiva do serviço prestado à população, foi hoje submetida a deliberação do Executivo Municipal a proposta relativa à posição da Câmara Municipal de Sintra e aos princípios que a enquadram, tendo merecido a aprovação por unanimidade.

Atentas as diferentes fragilidades que se viram sinalizadas, a falta de clarificação do papel dos Municípios nalguns domínios, a circunstância dos meios financeiros que a Administração Central se propõe transferir se revelarem aquém do necessário e ainda o facto de terem sido considerados valores que têm por referência a execução orçamental de 2016, adensou a **convicção dos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrenses” de que a Associação Nacional de Municípios, com quem foi fechado o acordo de descentralização de competências, não revelou capacidade para representar os grandes municípios.**

Foi nessa linha que se viu **pelos mesmos lançado o desafio para que viesse a constituir uma Associação de Municípios de Grande Dimensão** – em função do nº de residentes e/ou eleitores -, **em que Sintra poderia assumir a posição charneira**, cientes de que os interesses municipais se veriam melhor e mais eficazmente respaldados.

## Agosto

### 28 Reunião de Câmara, 19ª –Ordinária e Pública

Levantadas as seguintes questões antes do Período da Ordem do Dia:

- Abordada a questão do PDM, reforçando que serão apresentados contributos aquando da discussão do mesmo;
- Sugerida a constituição de um grupo de trabalho para acompanhamento da proposta de reorganização administrativa;
- Manifestada preocupação relativamente à problemática do lixo, na linha do requerimento enviado para disponibilização de informações sobre a quantidade de resíduos indiferenciados e recicláveis recolhidos entre 2013 e Junho de 2018, os meios humanos e materiais afectos à recolha e varrição e os recursos extraordinários de que a autarquia tem lançado mão para resolução dos problemas, incluindo a maior quantidade de lixo produzido por via da afluência de turistas;

- Subscrita a proposta de homenagem à ex- Vereadora Paula Neves;
- Subscrita a proposta de ser endereçado voto de solidariedade aos familiares dos jovens vítimas do incêndio ocorrido em Estremoz.

## Setembro

### 11 Reunião de Câmara, 20ª –Ordinária e Privada

Apresentação das seguintes Recomendações:

- A.O.1 **Recomendação n.º 3-JPS/2018** (Subscrita pelo Grupo Político Juntos Pelos Sintrensens) - “Estratégia Local para a Pessoa Idosa”, cujos termos aqui se reproduzem:

#### RECOMENDAÇÃO Nº3-JPS/2018

“Eu não tenho idade. Tenho Vida.” (Gil)

29

- Considerando que o envelhecimento da população de Sintra, segue a tendência nacional, à medida que a esperança média de vida aumenta e a fecundidade diminui, para tal bastando referir que se entre 2001 e 2011, a população residente com 65 ou + anos cresceu 38,45%, passando de 37.311 para 51.657 (Fonte INE, Censos 2011) e que já mais próximos da actualidade, em 2016, se constatava que eram 61.180, estimando-se que em 2021 passem a 69.504 residentes nesse estrato etário;
- Considerando todas as implicações que esse crescimento sugere em matéria de saúde e bem-estar e quão desafiantes são as necessidades de intervenção para a construção daquilo que poderíamos designar como Estratégia Local Para a Pessoa Idosa;
- Considerando que nesse âmbito, a problemática dos cuidados e apoio domiciliário e a falta de vagas nas instituições, ganham aqui especial relevância e recomendam que mais cedo do que tarde haja uma resposta consentânea com esta realidade, quer ao nível dos equipamentos e outras respostas sociais, quer da formação dos recursos humanos, quer dos pressupostos que deverão ver-se salvaguardados quando da integração do

idoso em lar, quer ainda da sensibilização da família e da comunidade, através dum claro investimento na educação para a solidariedade;

- Considerando que de acordo com a Associação de Apoio aos Lares de Idosos, existem, a nível nacional, lares privados com vagas e baixas taxas de ocupação e há quase 18 anos havia 51.000 idosos em valência lar e uns impressionantes 60.000 em lista de espera e que a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social estimava há 5 anos atrás que cerca de 10.000 pessoas aguardavam por uma vaga, admitindo que até 2016 pudessem haver até mais 4 mil camas;
- Considerando assim, no que à problemática dos lares diz respeito:
  - Que com a pensão de velhice média a ascender aos 428€, quando o Rendimento adequado se situaria nos 634€, é fácil perceber as consequências de tal discrepância para a qualidade de vida dos mais velhos;
  - Que, conseqüentemente, os índices de pobreza ou as carências económicas não permitem à grande maioria dos nossos idosos alcandorar-se a uma vaga num lar privado, a não ser que a família tenha condições financeiras para prover à diferença, esforço esse que para famílias com um rendimento médio não é compaginável com todos os encargos que têm que gerir;
  - Que a vida numa instituição colectiva representa um difícil equilíbrio entre o respeito pela autonomia e o auxílio na dependência e que as instituições públicas, sociais e privadas, deveriam definir um Código de Ética, enquanto instrumento que procura a realização dos princípios e serve igualmente para orientar as acções dos colaboradores e dirigentes, “(...) tornando claras as responsabilidades e a postura da instituição em relação aos diferentes públicos com que interage”;
  - Que a falta de atividades de lazer, a ausência de apoio psicológico, a carência de profissionais, o pouco exercício físico que é dispensado, contam-se entre os motivos de insatisfação mais invocados pelos familiares de idosos institucionalizados;
- Considerando ainda que surge comprovado que as existências em lares subsidiados pela Segurança Social, fruto dum rácio definido em função da sua capacidade e lotação, são manifestamente exíguas face à situação actual, o que faz temer por uma não resposta a prazo, com o projetado aumento do número de idosos;
- Considerando que no âmbito do Fundo de Emergência Social, programa concelhio de apoio social que, só em 2017, recenseou 1.751 candidaturas e 940 contratos firmados, onde se incluíram também mensalidades em equipamentos de apoio nas áreas da infância e idosos, o que é revelador das dificuldades de acomodação destas despesas no orçamento familiar;

- Considerando que a autarquia tem disponível o “Programa de Bolsas Sociais nas Creches”, que no ano lectivo de 2017/2018 resultou na atribuição de 350 bolsas, presumindo o mesmo um apoio de 50%, 40% ou 30%, conforme os escalões do Abono de Família (1º, 2º e 3º, respectivamente) e que o seu conceito possa ver-se alargado aos idosos;

**Temos a honra de recomendar, com base no exercício de diagnóstico a que nos propusemos - e cujas questões detalhámos no dossiê que se anexa, enquanto contributos para uma Estratégia Local para a Pessoa Idosa:**

- Que atenta a circunstância da tutela da dignidade da pessoa humana nesta fase da vida exigir uma proteção acrescida dos seus direitos e uma atenção especial aos aspectos relacionais dos cuidados, fosse por iniciativa municipal, criada uma **Comissão de Proteção Para a Idade Maior** e que os serviços municipais da autarquia pudessem trabalhar uma proposta de **Código de Ética**, em articulação com as instituições de acolhimento dos idosos;

- Que a **frequência de acções de formação específica na área da geriatria, dos princípios éticos e direitos humanos**, passasse a ser considerada obrigatória para os cuidadores que integram o quadro das instituições, mediante protocolo a firmar com a Câmara, a quem competiria disponibilizá-la por forma a ver garantidas as condições para uma prestação mais consentânea com o padrão defendido e em observância à cultura de respeito que deve vigorar;

- Que fosse equacionada a **disponibilização de recursos humanos especializados nas áreas da animação sociocultural e do apoio psicológico**, por hipótese, através de Programa de Apoio a Jovens Licenciados, em articulação com o IIEP e na forma de Estágio Profissional e que poderia depois redundar na sua contratação, mediante eventual participação camarária por via de candidatura a eixo do PAFI;

- Que, em face da já aludida carência financeira e da dificuldade de integração em lar, seja instituído o **Programa de Bolsas Sociais na área dos Idosos**, traduzido na atribuição de bolsas para a sua institucionalização em lares, mediante prévia adesão das entidades do sector solidário e privado, quando esgotada a capacidade de resposta dos lugares disponibilizados ao abrigo do protocolo com a Segurança Social e com a própria autarquia.

As bolsas em causa complementariam os seus rendimentos, contando-se que, consoante as disponibilidades financeiras das famílias, estas fossem convocadas a dar também uma contribuição, sendo óbvio que as condições

de atribuição difeririam das relativas à infância, desde logo no que se refere ao prazo.

- **A.O.2 Recomendação n.º 4-JPS/2018** (Subscrita pelo Grupo Político Juntos Pelos Sintrensens) - “Programa de Apoio aos Familiares de Idosos que deles cuidem”, cujos termos aqui se reproduzem:

#### RECOMENDAÇÃO Nº4-JPS/2018

“Para o ignorante, a velhice é o inverno da vida; para o sábio, é a época da colheita”. (Talmude)

- Com o envelhecimento da população a exigir que já tivessem sido desenvolvidas respostas alternativas aos centros de dia e aos lares, no sentido de constituir uma resposta já amadurecida e consolidada, para quando os idosos deixassem de ter garantida a sua autonomia;
- Considerando que “(...) é incumbência do Estado e dever da sociedade civil, directamente ou através de todas as comunidades intermédias, garantir os direitos das pessoas idosas e promover a prestação dos cuidados que lhes são necessários, designadamente apoiando as suas famílias nessa tarefa”;
- Considerando que a institucionalização como opção tem sofrido alguma evolução, questionando-se não raras vezes a possibilidade de serem mantidos os idosos na sua própria residência desde que provido o apoio necessário e reclamando-se a emergência dum programa de apoio para famílias que cuidam dos seus idosos em casa;
- Considerando que desde 2014, isso mesmo é reivindicado pelo Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), alegando que “(...) a especial vulnerabilidade dos mais velhos pode ser acentuada em função do afastamento dos familiares e do abandono dos seus objetos pessoais e rotinas”, o que explica que os conselheiros defendam que os idosos devem permanecer o máximo tempo que for possível na sua residência habitual, questionando a ausência de apoios às famílias que cuidam dos seus idosos em casa”;
- Considerando que o modelo de CAVI – Centros de Apoio à Vida Independente, responde ao objectivo de disponibilização de assistência pessoal a pessoas com deficiência ou incapacidade para a realização de atividades de vida diária e que representa uma mudança

de paradigma nas políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência, procurando inverter a tendência da institucionalização e da dependência familiar;

- Considerando que a sua operacionalização se faz através do Dec. Lei 129/2017, publicado a 9 de Outubro de 2017, estabelecendo as regras de criação, organização e funcionamento dos CAVI, bem como as regras que enquadram o exercício da actividade de assistência pessoal, definindo os respectivos destinatários e as condições de elegibilidade;
- Considerando que um modelo de intervenção assim desenhado poderia de igual modo responder ao desígnio de provimento de assistência aos idosos, viabilizando a possibilidade de permanecerem nas suas próprias casas ou na de familiares;
- Considerando que lhe subjaz o princípio da individualização, na medida em que presume um planeamento individualizado, o que quer dizer que os apoios são decididos caso a caso, de acordo com as suas necessidades específicas, interesses e preferências, modelo esse que tendo os idosos por destinatários, poderia ser perfeitamente adaptado;
- Considerando que os CAVI se constituem como entidade legalmente responsável pela execução dos projectos de assistência pessoal, cabendo-lhes assumir funções de gestão, de coordenação e de apoio dos serviços, tendo como competência genérica a conceção, implementação e acompanhamento, numa lógica de proximidade e de ajustamento sempre que recomendado;

**Temos a honra de propor, enquanto contributos para uma Estratégia Local para a Pessoa Idosa - mais detalhadamente explanados no dossiê elaborado -, que seja remetida ao Governo e especificamente ao Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, a presente Recomendação, assim consubstanciada:**

- O reforço daquilo por que pugnou o Parecer do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, em matéria de desenvolvimento de diligências no sentido de ser delineado um **Programa de Apoio aos Familiares de Idosos que deles cuidem** em situação de perda de autonomia, traduzido numa compensação financeira que alternativamente deixa de ser despendida na sua institucionalização subsidiada em lar, permitindo que, mesmo se subcontratando serviços de apoio pessoal, a pessoa idosa possa permanecer em seio familiar, com ganhos evidentes no reforço da coesão e da cooperação intergeracional;

- A avaliação da **possibilidade de replicação do modelo dos CAVI, ou de alargamento do seu âmbito de atuação**, enquanto resposta muito estimável no apoio a idosos, garantindo-lhes condições para permanecerem na sua própria casa ou na de familiares.

Uma nota final para a necessidade que firmemente reconhecemos de vir a ser valorizada pelo Estado a permanência dos idosos na sua residência ou na de familiares, por via do reivindicado apoio efectivo aos cuidadores e dum investimento claro na educação dos mais novos relativamente aos mais velhos, restaurando o valor que lhes era até há um tempo atrás reconhecido, sendo, por isso, urgente a mudança de paradigma.

Abordadas as seguintes questões pelos Vereadores da Coligação Juntos Pelos Sintrensenses:

- Atendendo a que se encontra prevista a instalação de pólos universitários no Concelho, alerta para a necessidade de se preverem residências para estudantes, visto que as existentes no distrito têm falta de vagas e de condições;
  - A propósito do trágico incêndio no Museu do Rio de Janeiro, questionada a existência de planos de salvaguarda daquilo que guardam os equipamentos culturais concelhios e a realização de simulacros adaptados a cada um dos museus e à biblioteca municipal;
  - Pedidos esclarecimentos sobre o envolvimento da CMS no passe social anunciado por Lisboa;
  - Requeridos esclarecimentos sobre o que está a Câmara a fazer e aquilo que fará para tornear o problema do lixo;
  - Questionada a existência ou não de constrangimentos no âmbito da Abertura do Ano Letivo.
- 
- *Press-release* **“Fazer depressa e bem, não há quem! - Também na mobilidade”**

Encontravam-se agendadas para deliberação na Reunião Camarária de hoje, duas propostas relativas a alterações na área da mobilidade, com destaque para a preconizada proibição de acesso de viaturas particulares à Estrada da Pena e no troço desde o Chalet da Condessa d’ Edla até à Calçada da Pena, exceptuando as viaturas dos residentes e passando o mesmo a estar franqueado apenas aos transportes públicos, táxis/ viaturas de fruição turística e, naturalmente, aos veículos de emergência e dos serviços municipais.

Sem pôr em causa a possibilidade de rever situações sempre que as circunstâncias o exijam, foram desde logo suscitadas aos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrenses”, evidentes reservas relativamente ao proposto, a começar pelo facto de se tratar da 2ª alteração profunda em 6 meses e de sobre a 1ª delas não ter sido apresentado qualquer relatório de avaliação acerca dos ganhos e vulnerabilidades das medidas em vigor.

Refiram-se ainda, a par disso:

- A fragilidade que representa a circunstância de para a implementação daquilo que agora se propunha, não se apresentar estudo de mobilidade nem dados de tráfego que suportem a decisão;

- A falta de discussão pública, na medida em que é feito à margem dos residentes e dos agentes económicos, sem aprofundar previamente a sua sensibilidade e sem tomar em linha de conta os seus eventuais contributos;

- A limitação de acesso à Estrada da Pena compromete também o acesso através de viatura própria a outros locais na Serra de Sintra, implicando que aqueles que querem explorá-la nas suas diferentes valências, fiquem condicionados a utilizar transporte público para uma zona específica; ou seja, toma-se o todo pela parte;

- A inexistência de medidas ambientais que sustentem a decisão, já que a opção quase exclusiva por autocarros, altamente poluentes, compromete as metas que deveriam ser prosseguidas, valorizando o recurso a transportes eficientes;

- O facto de não ter havido articulação com Cascais, faz correr o risco do acesso se poder fazer por lá;

- É omissa a informação sobre horários e reforço de carreiras para ligação entre o previsto parque de estacionamento na Cavaleira e o Palácio/Parque da Pena e Castelo dos Mouros;

- Mesmo dentro do sector dos operadores de transporte existe aparente discriminação, já que nada surge previsto relativamente à possibilidade da referida ligação ser assegurada por táxi ou tuk-tuk, o que implicaria ter terminal próprio para o efeito no referido parque;

- São desconhecidas as vantagens para os residentes, para quem só há dísticos de circulação.

A retirada de tal proposta por iniciativa do Presidente de Câmara, faz sobrar a expectativa de que alguns destes aspectos possam ter acolhimento e que a

futura proposta a submeter a deliberação do Executivo não enferme já de tanta fragilidade.

Nestas questões, como noutras que têm implicações sérias na vida do Concelho, a recomendação é fazer avançar as propostas depois de suficientemente amadurecidas, em resultado de aturada reflexão e de abertura a diferentes contributos e depois de expurgadas de evidentes vulnerabilidades.

## 25 Reunião de Câmara, 21ª – Ordinária e Pública

**A.O. 1 – Recomendação n.º 5-JPS/2018 (Subscrita pelos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrensenses”) - Estratégia de Promoção do Sucesso Escolar -**, cujos termos aqui se reproduzem:

### RECOMENDAÇÃO Nº5-JPS/2018

“Para aprender não basta só ouvir por fora, é necessário entender por dentro. Se a luz de dentro é muita, aprende-se muito, se pouca, pouco, se nenhuma, nada.”

(Pe. António Vieira)

- Considerando que a redução do insucesso escolar no ensino básico para metade, até ao final da presente legislatura, foi assumida como um compromisso nacional junto da Comunidade Europeia e que como muito justamente referiu José Alberto Fateixa (PNPSE – Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar), “(...) a promoção do sucesso escolar de todos os alunos é a condição natural da escola, da comunidade e do território”;
- Considerando que, nesse âmbito, foi implementado em Sintra - e por iniciativa da autarquia - o Programa “**Estratégias de Promoção do Sucesso Escolar**”, candidatado e financiado em 50% pelo PORLisboa 2020, o qual implicou o envolvimento dos 21 Agrupamentos de Escolas de Sintra, organizados em 5 Núcleos Territoriais (NT), tendo em conta a sua sequencialidade pedagógica e geográfica e a quem foi pedida a identificação de 5 problemas comuns e de outras tantas medidas e eixos de intervenção para as alcançar;
- Considerando que “Projetos Locais para a Promoção do Sucesso Escolar no Concelho de Sintra”, foi o trabalho desenvolvido pelos 5 Núcleos

Territoriais e apresentado no Seminário promovido a 5 de Julho pela autarquia, no Centro Cultural Olga Cadaval, com cujas conclusões houve oportunidade de contactar;

- Considerando que, basicamente, são 5 os problemas comuns a todos os Núcleos e que poderão ver-se assim agrupados:

- Falta de inovação nos projectos na sala de aula
- Novas formas de indisciplina
- Vulnerabilidade das famílias e capacitação parental
- Instabilidade de recursos humanos técnicos especializados
- Necessidade de capacitação e formação de pessoal docente e não docente,

com os dois primeiros a assumirem maior expressão, na medida em que surgem referidos por 4 dos 5;

- Considerando que, atenta a circunstância de dentre os subscritores desta Recomendação haver quem detenha também experiência nestas áreas, o que explica o seu particular interesse nestas matérias e que o objectivo último de promoção do sucesso escolar e de redução da desistência se assume como um desígnio concelhio, para o qual todos devemos concorrer;

- Considerando que o perfil do jovem é hoje completamente diferente e que tudo levará a crer que no modelo de ensino que é praticado que parece também residir o busílis da questão, recomendando que as metodologias de ensino/aprendizagem devem ser reformuladas, dando maior ênfase ao trabalho do aluno e fomentando uma aprendizagem ativa, baseada na solução de problemas reais e orientada para a relação com as relevâncias da vida;

- Considerando que a diagnosticada falta de inovação nos projectos na sala de aula e de diferenciação pedagógica, é comum a diferentes geografias e que tem motivado estudos vários na área da Pedagogia que remetem para soluções já experienciadas e métodos já consolidados, cujos resultados se têm revelado entusiasmantes para uma ação mais inovadora;

- Considerando que a gestão compartilhada e horizontal, a reorganização dos espaços, o uso de vídeos educacionais, o investimento em pesquisa, a construção de elos entre os conhecimentos e a assunção do professor como facilitador e ponte para o conhecimento, são alguns dos exemplos;

- Considerando, assim, que **importará talvez reflectir sobre eventuais contributos da autarquia que possam amenizar alguns dos problemas**

**recenseados, ao mesmo tempo que importará ter presente o recente diploma da flexibilização curricular, interligando-o com aquilo que se pretende em termos de educação para o Concelho;**

- Considerando também que havendo com toda a certeza metodologias já experimentadas pelos professores das nossas escolas que se inscrevem na inovação pedagógica que parece ser reclamada por todos, ao mesmo tempo que algumas das ideias expandidas no documento que se anexa, poderiam ser mais detalhadas por alguns dos que as subscrevem num encontro a organizar para o efeito;
- Considerando ainda que quer a Associação de Professores de Sintra, quer a Nova Foco teriam contributos valorizáveis para dar;
- Considerando, finalmente, a circunstância de ter este ano tido lugar a 1ª edição do *Global Teacher Prize Portugal* e de se ter sagrado vencedor, um docente de Física e Química, numa escola de Chaves - fruto da estratégia que desenvolveu para garantir a motivação dos seus alunos e da empatia que consegue gerar - e que o seu testemunho poderia revelar-se inspirador para explorar novos caminhos motivacionais,

**Temos a honra de:**

- **Proceder à partilha do documento que detalha algumas das estratégias desenvolvidas, já que não existindo a presunção de que as mesmas sejam só por si suficientes, nos sobra, contudo, a convicção de que poderão ser pertinentes, em última instância, dando o mote para a sua dissecação e análise;**
- **Recomendar, pelos ganhos que poderiam ser estimáveis, que o Município encare a promoção dum Seminário, no âmbito do qual as propostas atrás referidas poderiam ver-se partilhadas, sempre no pressuposto de que poderiam depois ser balanceadas de acordo com as especificidades identificadas pelos professores, visando a sua replicação ou adaptação no âmbito da “Estratégia Local para a Promoção do Sucesso Escolar”.**

**A.O. 2 – Recomendação n. 6-JPS/2018 (Subscrita pelos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrenses”) - Sucesso Escolar e Inovação Pedagógica, cujos termos aqui se reproduzem:**

**RECOMENDAÇÃO Nº6-JPS/2018**

“As crianças e jovens aprendem os detalhes mais complexos sobre ciência, mas não têm esclarecimento básico sobre como gerenciar as suas emoções.”

- Considerando que no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, foi implementado em Sintra o projecto “Estratégias Para a Promoção do Sucesso Escolar”, o qual implicou o envolvimento dos 21 Agrupamentos de Escolas de Sintra, organizados em 5 Núcleos Territoriais (NT), tendo em conta a sua sequencialidade pedagógica e geográfica e a quem foi pedida a identificação de 5 problemas comuns e de outras tantas medidas e eixos de intervenção para as alcançar;
- Considerando que, a par com a Falta de inovação pedagógica, as Novas formas de indisciplina, foram os problemas comuns mais expressivamente identificados pelos Agrupamentos;
- Considerando que mesmo que se possa admitir que alterações na prática pedagógica, visando incrementar a motivação e o vínculo à escola, tenham consequências previsíveis na indisciplina e que ela possa reduzir-se não apenas por isso mas também;
- Considerando assim, naquele âmbito, que admitindo que num quadro em que os alunos se sintam mais motivados pelas matérias e pela forma como se vêem veiculadas; em que a proximidade com a vida quotidiana e a aplicação dos conteúdos permitam pontes que os liguem e adquiram outra pertinência; que se sintam envolvidos num modelo de gestão compartilhada que “ouve” e que deixa opinar, para quem todos os agentes contam para a construção do projecto educativo e que, em caso de conflitualidade, convoca os alunos envolvidos para resolução conjunta, o vínculo com a escola ganha outro reforço e que um tal quadro que traduz alterações preconizadas face aos modelos e práticas pedagógicas tradicionais, pode funcionar como antídoto à indisciplina, mesmo se essa relação de causalidade não é óbvia, nem a manifestação de comportamentos indevidos se deve apenas ou exclusivamente a ela;
- Considerando que, conforme caracterização feita por Paulo Sampaio, especialista brasileiro em pedagogia, o perfil do jovem é hoje completamente diferente:
  - Revela não ter paciência para estudar,
  - Executa múltiplas tarefas simultaneamente,
  - Usa muito as redes sociais,
  - Possui uma mente selectiva para um excesso de informações,

- Possui o “síndrome do motorista de táxi”: sabe tudo!

- Revela dificuldade em comunicação escrita e conhecimentos gerais.

- Considerando que um fator decisivo para atuar nesta área é o envolvimento dos pais, que é, em conjunto com a capacitação parental, um problema invocado pelas escolas participantes no referido projecto e que a sua intervenção e acompanhamento no processo educativo dos filhos é crucial, a começar pela sua responsabilidade em fazer despertar os filhos para a importância e o prazer dos estudos;
- Considerando que, por razões várias, das económicas às sociais, passando pelo seu histórico de vida e por vulnerabilidades associadas a qualquer uma delas, os pais nem sempre conseguem garantir esse acompanhamento e seguir ao lado dos filhos e que as consequências não tardam a fazer-se sentir, levando a um crescente défice de comunicação e a um desinvestimento emocional que soma e segue;
- Considerando que também nesta área a escola pode e deve ajudar, chamando os pais à escola, não apenas quando as razões para tal são más, mas convocando-os para outras iniciativas e fomentando a sua participação efectiva, demonstrando-lhes que eles devem ser parte integrante da escola, mesmo se para isso, precisam de sentir que a sua opinião ou contributo é valorizado;
- Considerando finalmente que importa dispensar ao pessoal docente e não docente competências para lidar com a indisciplina, cuja expressão se viu evidenciada pelo estudo desenvolvido pelo Blog “Com Regras”, em parceria com a Associação Nacional de Diretores de Agrupamento e Escolas Públicas e que concluiu que no ano lectivo 2015/2016 houve mais de 206.000 participações disciplinares nas escolas portuguesas;

**Temos a honra de recomendar que a Câmara Municipal de Sintra considere a promoção de iniciativas que ajudem a minorar este problema, permitindo-nos, assim sugerir:**

- **A elaboração de uma brochura, do tipo “Agenda do encarregado de educação”, onde se fizessem constar algumas ideias-chave e que consagrasse espaço para informações várias sobre a escola, fomentando a proximidade entre os encarregados de educação e a escola e a sua valorização enquanto interlocutores imprescindíveis no processo educativo;**

- Que a propósito da dificuldade muitas vezes invocada de que os pais não conseguem lidar com os filhos que apresentam elevados níveis de indisciplina escolar, se promovessem nas escolas, sob o patrocínio da autarquia, **fóruns inter pares, com o apoio e orientação de psicólogo escolar/educativo**, com o objectivo de partilha de experiências doutros pais, mas sobretudo para prover o apoio que os pais sentissem como necessário e adequado às circunstâncias do seu caso;
- Que ainda nesta área da indisciplina, se atentasse nas recomendações resultantes do referido estudo e que se garantisse, com a colaboração da Associação de Professores de Sintra, a disponibilização de **acções de formação específica sobre como gerir/mediar situações de indisciplina escolar, dirigidas ao pessoal docente e não docente** e a concretizar no espaço e no tempo que os Agrupamentos viessem a definir.

**A.O. 3 - Recomendação n. 7-JPS/2018 (Subscrita pelos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrenses”)** – Formação Profissional dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, cujos termos aqui se reproduzem:

#### RECOMENDAÇÃO Nº7-JPS/2018

*“Não há não,*

*Duas folhas iguais em toda a criação,*

*Ou nervura a menos, ou célula a mais,*

*Não há de certeza, duas folhas iguais”.*

(António Gedeão)

- Considerando que vivemos na era da Escola Inclusiva, da Educação Inclusiva, dos Professores Inclusivos e numa sociedade que também deverá ser inclusiva, para que tudo tenha sentido, numa perspetiva de continuidade;
- Considerando que existem alunos com necessidades educativas especiais, na medida em que, por apresentarem determinadas características específicas, podem necessitar de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar, facilitando o seu desenvolvimento académico e pessoal;
- Considerando que a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais em Cursos Profissionais, entronca num desafio educativo e social, na medida em que dotando-os de competências próprias para um

desempenho profissional, representa um investimento claro na educação para a diferença e na senda da igualização de oportunidades para quem se confronta com alguma deficiência, incapacidade ou déficit de diferente natureza, exigindo cuidados específicos, reforços ou adaptações curriculares;

- Considerando a imprescindibilidade de um currículo flexível e adequado a tais alunos, devendo o modelo a seguir assentar numa conceção alargada da aprendizagem, por forma a desenvolver conhecimentos e competências que sejam relevantes e funcionais, ou seja, terá em conta a adaptação dos conteúdos e o desenvolvimento de atividades e estratégias adequadas às necessidades individuais de cada aluno, respeitando os seus estilos e ritmos de aprendizagem;
- Considerando que para além duma carência notória de Cursos Profissionais adequados aos jovens com NEE, o mesmo se verifica em relação à maioria das escolas profissionais, tornando-se importante salientar que uma escola dita inclusiva deve garantir a cada aluno o direito à educação e à preparação para a integração social e profissional;
- Considerando que, segundo o relatório-síntese *Transição da Escola para o Emprego* da Agência Europeia para o Desenvolvimento das Necessidades Educativas Especiais (2002), a teoria de que os alunos com necessidades educativas especiais beneficiam das mesmas escolhas educativas que os seus pares, não corresponde à realidade, ou seja, não é verificável na prática, isto porque as escolhas são-lhes propostas, o que nem sempre corresponde aos seus interesses e necessidades;
- Considerando, a acrescer a esta preocupação, a constatação por aquela, do baixo nível de educação e da falta de qualificações serem citadas como razões para as pessoas com deficiência ou alguma incapacidade não serem bem sucedidas na obtenção de emprego, faltando-lhes muitas vezes as apropriadas qualificações para o efeito;
- Considerando que se é assumido que as turmas dos Cursos Profissionais, são naturalmente heterogéneas, acolhendo no seu seio diferentes vulnerabilidades, deverá também assumir-se que sendo os Cursos Profissionais uma via facilitadora da sua integração profissional, é fundamental garantir sucesso nas aprendizagens para contribuir para o sucesso na inserção no mercado de trabalho àqueles que, à partida, podem, por razões diferenciadas, ter maiores dificuldades por razão de deficiências ou incapacidades (permanentes ou transitórias);
- Considerando que a reflexão a que sobre esta matéria nos prestámos e cujos aspectos se detalham no documento anexo, teve por base a tese de

mestrado de Rui Fernandes sobre *A inclusão de alunos com NEE nos Cursos Profissionais* e que a mesma convida a que se olhe para a realidade em Sintra;

- Considerando, portanto, que para incrementar o sucesso escolar dos alunos com NEE e a sua eficaz inserção no mercado de trabalho, é preciso flexibilizar os currículos, mas **é também preciso adequar as respostas, ou corre-se o risco de formar para cumprir metas estatísticas**, sem prover à sua utilidade, em nome do aluno e da comunidade em que este se insere, na medida em que ele poderá ficar habilitado por ter cumprido certos parâmetros de aprendizagem, mas não se garantiu, porventura, a eficiência e a utilidade futura dessas competências,

**Temos a honra de recomendar que a autarquia se debruce séria e comprometidamente sobre esta realidade ao nível concelhio, percebendo que caminhos estão a ser trilhados e em que direcção, com que instrumentos e garantias e que equacione, nesse âmbito, as seguintes possibilidades:**

- Que no âmbito de um trabalho certamente desafiante, se procedesse a **um levantamento sobre quantos jovens com NEE estão integrados em Cursos Profissionais e em quais**, que se acesse à percepção dos professores, dos pais e dos próprios alunos sobre a adequação dos mesmos às expectativas dos jovens, que se rastreassem as alterações que tinham sido necessárias relativamente ao currículo e quais as preconizadas, mesmo se não implementadas;
- Que a **Associação “Pais em Rede”**, com quem a autarquia firmou um frutuoso protocolo, visando a integração dos jovens, com deficiência ou incapacidades, em contexto profissional, **possa assumir, nesta matéria, um papel preponderante**, na medida em que filtraria propostas de Cursos Profissionais, cabendo-lhe a articulação entre pais, alunos e escola e colaborar na definição de eixos estratégicos e medidas para garantir a melhor adequação face aos objectivos;
- Que tal como já tínhamos tido oportunidade de defender, no contexto de outro trabalho apresentado no âmbito da “Estratégia Local Para a Pessoa Com Deficiência”, **o papel pedagógico que o Conselho Estratégico Empresarial poderia assumir** na sensibilização dos seus pares para facilitar a integração de pessoas com deficiências ou incapacidades nos seus quadros, também nesta área dos Cursos Profissionais e da componente prática que é o seu mais valioso capital, preconizamos que pudessem as empresas que o integram ter um papel privilegiado no processo formativo dos jovens com NEE, quer garantindo-lhes

presença nas suas empresas para cumprimento desse módulo de aprendizagem em contexto de trabalho, quer também ao nível da oferta formativa, já que poderiam e deveriam ser ouvidos para identificar necessidades ao nível da procura, para que a formação pudesse contribuir para lhe dar competente resposta;

**- Poder ser a autarquia, ela própria, uma promotora de Escola Inclusiva no que se refere à Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, tornando-a acessível e promotora de Cursos Profissionais inclusivos.**

Víamos a Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra como uma instituição modelar nestas matérias da formação profissional inclusiva, acreditando que poderia mesmo disponibilizar despiste vocacional aos jovens com NEE, se sobrassem dúvidas sobre que áreas de formação melhor correspondiam aos seus interesses.

Para além de contribuir para formar recursos humanos focados, facilitando a sua empregabilidade, **deveria ainda a Escola disponibilizar um módulo formativo na área do empreendedorismo – porventura a cargo da Start Up Sintra -**, pois esses conhecimentos e estímulo poderiam ser determinantes para a formação de pequenas empresas de prestação de serviços nas diferentes áreas, alimentadas pelos técnicos formados na EPRPS, facilitando a sua transição para o mercado de trabalho, como forma também de auto-emprego.

44

---

Abordadas as seguintes questões pelos Vereadores da Coligação Juntos Pelos Sintrenses:

- Sugestão de alargamento de horário das Bibliotecas Municipais em horário fora de horas para os jovens estudarem
- Sugerido que o processo de varrição no Concelho de Sintra não seja adjudicado a privados e ser internalizado, com meios camarários que assegurem um serviço que corresponda às atuais necessidades.

## Outubro

### 3 Reunião de Câmara, 22ª – Ordinária e Privada

- A Coligação “Juntos Pelos Sintrenses” votou favoravelmente a proposta relativa à fixação da taxa do IMI para 2019 em 0,33%.
- No entanto, apresentou uma proposta nos termos do Artº 44ºB do EBF para reduzir em 25% o valor máximo, em vez dos 15% propostos pelo Sr. Presidente, a aplicar nos prédios que, em resultado da execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação, obtiveram uma classe energética superior, em pelo menos duas classes, face à anteriormente certificada, proposta essa que ficou de ser analisada.
- No concernente à proposta submetida a deliberação relativa à participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Sintra, a Coligação Juntos Pelos Sintrenses absteve-se neste ponto. No entanto, apresentou uma proposta para que a Câmara Municipal de Sintra em 2019 assumisse o compromisso de suportar os custos com os manuais escolares até ao 9º ano ou 12º ano à semelhança da Câmara de Lisboa, visto que no 1º Semestre de 2018 foram cobrados mais 2,7 milhões de euros face a igual período de 2017, aumentando assim substancialmente a receita do município no 1º semestre e os custos com os manuais escolares seriam na ordem dos 1,3 milhões até ao 9º ano e 3,2 milhões de euros até ao 12º ano em 2019, tendo esta proposta sido rejeitada totalmente pelo Sr. Presidente da Câmara.

## 17 Reunião de Câmara, 23ª – Ordinária e Pública

Abordadas as seguintes questões pelos Vereadores da Coligação Juntos Pelos Sintrenses:

- Saudado o acolhimento da proposta formulada, na RC de 3 de Outubro, pelo Grupo Político “Juntos Pelos Sintrenses”, para que passasse a ser de 25% e não de 14% o valor de redução no IMI, a aplicar nos prédios que, em resultado da execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação, tivessem obtido uma classe energética superior, em pelo menos duas classes, face à anteriormente certificada, naquilo que é bem revelador das preocupações ambientais que prosseguem;
- Saudados os elementos da Protecção Civil de Sintra relativamente ao muito meritório trabalho desenvolvido por ocasião do combate ao incêndio na Serra de Sintra e no apoio prestado no âmbito da tempestade “Leslie”;
- Saudado o interesse e qualidade do Congresso da Solidariedade – Respostas Sociais, promovido pela CMS e com lugar a 12 de Outubro.

- Questionada a CMS relativamente às denúncias sobre a utilização indevida de água de rega dos espaços verdes na freguesia de Rio de Mouro;
  - Abordada a questão do insuficiente nº de assistentes operacionais nas escolas, a que o protesto em duas escolas (EB Mário Cunha Brito e EB de Ouressa) deu uma particular visibilidade;
  - Saliêntada a importância de ser dada pronta resposta ao requerimento remetido à Presidência pelos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrensenses” no âmbito do PDM;
  - Abordadas duas situações sinalizadas por munícipes, uma prendendo-se com episódios de criminalidade na UF de Sintra e a outra com dificuldades em obter informações sobre um terreno e em consultar o PDM;
  - Alusão à carta enviada pela associação QSintra ao presidente do ICNF e connosco partilhada, propondo uma discussão alargada sobre a visão e o plano de gestão que melhor pudesse servir a serra de Sintra.
- *Press-release “ Acolhida a proposta para subida de incentivo, no âmbito do IMI”*

Presente na Reunião Camarária do passado dia 3 de Outubro a proposta relativa à fixação da taxa do IMI para 2019 em 0,33%, mereceria a mesma a sugestão pelo Grupo Político “Juntos Pelos Sintrensenses” para que fosse considerada, ao invés dos 15%, uma redução em 25% da taxa de IMI, a aplicar nos prédios que, em resultado da execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação, tivessem obtido uma classe energética superior, em pelo menos duas classes, face à anteriormente certificada.

Assumido então o compromisso de análise do que se vira sugerido, congratulamo-nos agora pelo seu acolhimento, que se traduziria na apresentação, na Reunião Camarária que hoje teve lugar, de proposta que passou a contemplar tal incentivo, mobilizando os munícipes para a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.

Saúdam os Vereadores a abertura demonstrada quanto à introdução duma melhoria na proposta inicialmente apresentada, em nome das preocupações ambientais que partilham e da convicção de que as boas práticas deverão ver-se estimuladas.

Abordadas as seguintes questões pelos Vereadores da Coligação Juntos Pelos Sintrensenses:

- Saudada a realização do Congresso “Sintra\_ Economia 20/30”;
- Reforçada a necessidade de intervenção de reabilitação no edifício do Urbanismo.
- Apresentada Declaração de Voto a propósito da Proposta de Orçamento e GOP para 2018, que aqui se reproduz:

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara,  
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,  
Caros colaboradores municipais,**

Encontramo-nos hoje reunidos para apreciar e votar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, bem como de restantes documentos previsionais dos Serviços Municipais para 2019. São documentos extensos, tecnicamente complexos, reveladores da estratégia do Presidente da autarquia e do restante executivo com competências delegadas. Exigem tempo para a sua leitura, para a necessária reflexão e posterior crítica que desejamos construtiva.

47

---

Gostaríamos de saudar a Vereadora Piedade Mendes, bem como a equipa que lidera, pelo timing desta apresentação, o que permitiu que, atempadamente, pudéssemos proceder à análise da documentação em tempo útil. Ainda de destacar a homenagem dos colegas, que é feita ao colaborador, João Sousa, que precocemente nos deixou.

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara,  
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,**

A análise dos documentos em apreço permitem-nos retirar várias conclusões e são estas que os eleitos, no âmbito da Coligação “Juntos pelos Sintrensenses”, neste órgão querem partilhar convosco no actual contexto de maioria absoluta do Partido Socialista nos órgãos autárquicos municipais.

**Breves considerações.**

- No que às receitas diz respeito, podemos constatar que o Orçamento apresenta uma previsão de 205,8 milhões de euros, mais 11,8 que no ano transacto, sem contar com a necessária revisão orçamental de abril, após a aprovação das Contas de 2018. Significa isto que a Câmara continua a revelar solidez financeira, conta com maior músculo financeiro e maior capacidade de intervir na vida dos sintenses, das suas instituições e empresas.

Se olharmos para os impostos municipais de maior dimensão, percebemos que há uma previsão de aumento da receita, de + 12 ,4 milhões. Este acréscimo apenas vem demonstrar que a Câmara poderia, e deveria, ter baixado em 1 ponto percentual a taxa de IMI, favorecendo, assim, as famílias do concelho.

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara,  
Senhoras e Senhores Vereadores,**

Da partilha que convosco fazemos, queremos valorizar **algumas preocupações:**

- Verifica-se que o valor das despesas correntes continua a ser significativo, tendo aumentado de 68,48% em 2018, para 69,5% em 2019;

Ao longo dos diferentes documentos em análise, deixamos o registo de alguns assuntos que gostaríamos de ter visto valorizados:

- Existe uma diminuição considerável, de menos 230.000 euros, nas GOP, no que se refere à 3ª Idade.

- Por que razão se verifica uma diminuição tão significativa na Habitação e Serviços coletivos, de uma dotação de 33,5MEuros para 31,6M, passando o seu peso de 17,30% em 2018 para 15,38% em 2019?

- Já no que se refere ao Ambiente e Espaços Verdes, o rombo é verdadeiramente inesperado, face às prioridades definidas pelo executivo municipal, passando, em termos percentuais, de 3,98, em 2018, para 2,22 em 2019.

- Contudo, as áreas que nos merecem maior preocupação são as que dizem respeito à Juventude e ao Desporto e Tempos Livres. Num concelho com a maior percentagem de jovens do país, parece-nos

quase “escandaloso” que apenas exista inscrito em orçamento a verba para a Pousada da Juventude e para o Programa do Voluntariado Jovem; as verbas decrescem 400.000 euros, com um peso percentual de 0,69% em 2019, face a quase 1% em 2018.

Sr. Presidente, muitas vezes o ouvimos referir a importância que os jovens têm no futuro do concelho; não poderíamos estar mais de acordo: o capital humano do concelho só se renova se formos capazes de captar e manter os jovens no concelho, na idade ativa e produtiva; mas, para que isso aconteça, temos que ser mais ambiciosos e criar políticas reais e efetivas para a juventude. Parece-nos que, face às prioridades definidas, ainda estamos muito longe do pretendido. Por isso, deixamos aqui um repto: que as disponibilidades financeiras nesta área tão importante atinjam 1% do orçamento municipal.

- Ainda no que se refere à Juventude, e tendo em conta reflexões anteriores sobre o Futuro da Casa da Juventude, na Tapada das Mercês, afinal para quando a sua recuperação? Já se encontra definido o novo modelo de funcionamento?

- No que concerne ao Desporto e Tempos Livres, também aqui a redução é significativa, emagrecendo cerca de 1,4 M euros, passando de 3,9 para 2,4 milhões. Num concelho tão jovem, mas também com problemáticas acentuadas ao nível da obesidade e da diabetes, bem como de outras patologias associadas a fenómenos psicossomáticos, parece-nos que, também nesta área, é fundamental perspetivar novas dinâmicas, novos projetos;

- Finalmente, no que diz respeito ao Turismo, registamos um decréscimo de menos 241.000 euros; numa área tão importante e a carecer de um olhar cada vez mais atento, parece-nos que, também aqui, existe algum “défice” de ambição. Por que razão não manter o valor do ano anterior? E, já agora, reforçando uma ideia muito defendida pelos empresários do concelho, julgamos que já é tempo de criar sinergias para desenvolver a marca “Cintra”, promovendo os produtos da região e potenciando a criação de novos postos de trabalho, bem como a necessária regularização da oferta.

- Gostaríamos, novamente, de destacar o esforço financeiro que o município está a fazer ao assumir para si a construção dos equipamentos de saúde, nomeadamente a construção do hospital de

proximidade, bem como dos centros de saúde, para colmatar as falhas do poder central; continuamos a acompanhar, também nós, este compromisso, ao votarmos favoravelmente as propostas apresentadas em sede de reunião de câmara, por considerarmos que esta responsabilidade partilhada vai ao encontro dos interesses, anseios e, fundamentalmente, das necessidades das nossas comunidades. No entanto, vimos com muita preocupação o atraso na execução dos diversos centros de saúde.

Finalmente, gostaríamos que este compromisso não inviabilizasse outros, esses sim da esfera de competências municipal, dos quais a recolha de resíduos sólidos urbanos se reveste da maior urgência. Ainda não foi encontrada a solução, parece-nos mesmo que nos encontramos demasiado longe de ultrapassar este problema; no entanto, aguardamos que o plano apresentado comece a dar frutos - continuaremos atentos e disponíveis para encontrar soluções.

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara,  
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,**

Seria sempre mais fácil, menos aborrecido, aqui não trazer nenhuma reflexão. O nosso compromisso com os sintrenses, com o mandato que nos conferiram, impõe que assim não seja. Ao analisarmos os diferentes documentos cumprimos uma parte do exercício das nossas funções e acreditamos que contribuímos para desafiar à ponderação quem lidera o executivo municipal.

Continuaremos presentes e atentos à execução dos compromissos assumidos, numa perspetiva construtiva, que resulta também do nosso compromisso com as comunidades.

## Novembro

### 16 *Press-release* “ Basílio Horta ignora problemas das populações”

O concelho de Sintra tem sido notícia durante as últimas semanas pelos piores motivos. Em todas as situações está em causa a degradação da vida

das nossas comunidades e a incapacidade de Basílio Horta em resolver os problemas concretos das comunidades locais.

São disso exemplo as tristes imagens das recentes cheias ocorridas em inúmeras localidades do concelho de Sintra, a reportagem sobre a gravíssima falta de meios da PSP e, ainda, a divulgação de um importante estudo que identifica as freguesias de Rio de Mouro, Cacém São Marcos e Aqualva Mira-Sintra como as piores em qualidade de vida.

Acresce o lamentável problema da recolha do lixo, a falta de assistentes operacionais nas escolas, as dificuldades no atendimento no Hospital Amadora-Sintra, as filas rodoviárias, a falta de comboios e a vergonhosa degradação dos centros de saúde.

Muito sofrem os sintrenses com uma Câmara cujo Presidente vive de discursos e de pouca ação. Os Sintrenses não vivem de retórica palaciana. Os Sintrenses não vivem da retórica palaciana deste Presidente.

No último mandato (2014-2017) o investimento público municipal foi de 37.706 M€, o que representou 100€ investidos por habitante, longe bem longe dos valores investidos nos mandatos anteriores, que representaram 175€/hab. e 231€/hab., respectivamente no mandato 2010-2013 e 2006-2009, tendo sido em 2016 o último entre os dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

51

---

Às erradas opções da Câmara, soma-se a falta de capacidade de influência de Basílio Horta junto do governo do Partido Socialista, com um Primeiro-Ministro que até reside e vota em Sintra!

Nestes 5 anos do PS à frente dos destinos de Sintra, o governo nada fez. Não se construiu uma escola, não se abriu um eixo rodoviário, não se resolveram os problemas da insuficiência do número de funcionários públicos nos serviços da administração central.

Nada, rigorosamente nada, nestes 5 anos.  
O concelho está adiado e os sintrenses não vivem dos rácios financeiros.

As cativações do Dr. Centeno são a regra do Dr. Basílio.

Em 2017, a Câmara executou apenas 78% do orçamento municipal e transitou para 2018 com 108 milhões de euros nas contas bancárias.

De que serve Sintra conquistar o 1º lugar no *Ranking* da Eficiência Financeira, se na sua atuação política não defende os reais problemas e não defende uma maior qualidade de vida no Concelho?

Sintra não é só números... É também e sobretudo, pessoas!

A pergunta impõe-se: quando é que Basílio Horta começará a cumprir os seus deveres para com as comunidades locais?

## 20 Reunião de Câmara, 25ª –Ordinária e Pública

- Foi levantada a questão do horário dos transportes em Almoçageme, que terminam por volta das 19h, manifestamente insuficiente para satisfazer as necessidades dos moradores locais.

# Dezembro

## 4 Reunião de Câmara, 26ª –Ordinária e Privada

Abordadas as seguintes questões pelos Vereadores da Coligação Juntos Pelos Sintrenses:

- Evocação ao 38º aniversário sobre a morte de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa;
- Requerido o ponto da situação sobre as reclamações apresentadas no âmbito do PDM e qual a previsão para desfecho do processo em sede de Assembleia Municipal;
- Requerida informação sobre a intervenção prevista para o Largo da Feira de S. Pedro;
- Questionado se irá verificar-se a redução de lugares de estacionamento na Avª D. Nuno Álvares Pereira, em Agualva e se está a ser atendida a requalificação dos taludes situados entre essa avenida e o Alto de Colaride;
- Pedido o ponto de situação sobre a intervenção no edifício do Urbanismo e reiterada a sugestão para recurso aos profissionais do sector da pedra, para pronunciamento sobre as soluções a implementar;
- Referência ao Prémio conquistado pelo 6º ano consecutivo como “Melhor Empresa de Conservação do Mundo” pela Parques de Sintra Monte da Lua, relevando o trabalho desenvolvido pelo ex-Presidente da empresa, Dr.

Manuel Batista e recomendando à Câmara a atribuição de distinção honorífica a definir pelo Conselho de Recompensas;

- Requerida informação relativa à sede do Grupo 93 de Sintra da Associação de Escoteiros de Portugal e repudiada a informação do Presidente da Câmara quanto ao facto da cedência do espaço ter constituído uma forma de gestão danosa;
- A propósito da cedência de viaturas à GNR e PSP, feita a crítica ao Governo do Partido Socialista, pela circunstância desta entrega não esgotar as necessidades do Concelho;
- Patenteada a satisfação pela aquisição da antiga Fábrica Pardal Monteiro, pelo simbolismo que encerra;
- Referência à exposição do munícipe Tiago Teixeira sobre a aquisição dum terreno camarário em Belas para auto-construção, com projecto da Câmara, sem que até à data tivesse conseguido obter a licença de construção;
- Referência à exposição de um munícipe sobre o ruído provocado pelo estabelecimento “Tradição rebelde” em Queluz;
- Referência à exposição da munícipe Sandra Silva relativo ao horário de funcionamento do Café nau, na Rinchoa;
- Abordada a questão da insegurança na zona circundante à Escola Secundária Ferreira Dias;
- Alerta sobre a necessidade de urgente intervenção na EB1/JI Mestre Domingos Saraiva.

## 18 Reunião de Câmara, 27ª –Ordinária e Pública

Abordadas as seguintes questões pelos Vereadores da Coligação Juntos Pelos Sintrenses:

- A propósito do pedido de renúncia do Vereador Paulo Veríssimo, saudada a circunstância de sempre ter acompanhado o projecto político, mesmo durante o período de suspensão e saudada a efectividade do mandato de Andreia Bernardo;
- Abordada a questão de um sem-abrigo na Portela de Sintra;
- Denunciada a contaminação recorrente da ribeira de Massamá com águas residuais;
- Questionada a situação de inutilização do parque de estacionamento da Cavaleira;
- Solicitado o ponto da situação da construção da Pousada da Juventude;
- Lamentada a insignificância das iluminações natalícias;
- Referência ao 1º aniversário sobre o falecimento de Paula Neves;

- Congratulada a decisão de gratuidade da visita da Quinta da Regaleira para os munícipes de Sintra, em qualquer dia da semana;
- Saudada a decisão de ser a Câmara a suportar as obras no imóvel cedido aos Escoteiros e vista com preocupação as consequências inerentes a todo o processo, que se adivinhavam para outras instituições com o mesmo tipo de contratos;
- Abordada a extrema fragilidade social da população do Concelho, bem expressa nos pedidos de apoio ao pagamento das rendas no âmbito do Fundo de Emergência Social.
- Suscitado o tema da Recomendação subscrita pelos Vereadores da Coligação “Juntos Pelos Sintrenses”, a propósito do desenvolvimento duma plataforma online com informação desportiva, no âmbito duma Estratégia Local para a Promoção Desportiva, cujos termos aqui se reproduzem:

#### RECOMENDAÇÃO Nº8-JPS/2018

- Considerando ser Sintra o 2º maior Concelho do País e o 1º Concelho mais jovem;
- Considerando a importância do desporto para a Saúde, concorrendo quer para a sua melhoria e para o incremento da aptidão física, quer também, nos escalões etários mais jovens, para o combate da obesidade infantil, doença que assume preocupantes contornos, pela evolução crescente no número de casos diagnosticados e pelas consequências que gera;
- Considerando também a relevância do desporto para o estímulo à participação dos jovens em atividades lúdicas, pelo benefício associado ao desenvolvimento de competências emocionais, cognitivas, motoras e sociais;
- Considerando que o desporto se baseia em princípios de respeito, integração, compreensão e diálogo, contribuindo para o desenvolvimento e a realização pessoal do indivíduo, independentemente da sua idade, género, origem, das suas crenças e opiniões;
- Considerando a promoção pela autarquia de uma Gala Desportiva que promove o reconhecimento do Município face aos prémios e marcas alcançadas pelos desportistas do Concelho, premiando os melhores desempenhos individuais/coletivos nas mais variadas modalidades e palcos, de âmbito nacional ou internacional;
- Considerando a valia que reconhecemos na disponibilização de informação de carácter desportivo a um universo alargado de potenciais interessados, quer sejam residentes ou visitantes,

**Temos a honra de propor, enquanto contributo para essa estratégia local de promoção desportiva, que poderia designar-se por “Sintra entra em campo”, o desenvolvimento de uma Plataforma Online consagrada a tal**

**desígnio**, sugerindo que a informação a ser disponibilizada faça o enfoque nas seguintes vertentes:

- Oferta / Modalidades Desportivas
- Clubes
- Instalações Desportivas (Piscinas, Campos, Ginásios/Polidesportivos)
- Locais públicos para prática desportiva
- Percursos pedonais
- Ciclovias
- Espaços Verdes
- Locais para Desporto Adaptado

Com o objectivo a residir na sistematização da maior informação possível, para que, cruzando dados, possa disponibilizar-se às pessoas uma plataforma de fácil utilização, rica e dinâmica e que tal aplicação seja susceptível de cativar o seu utilizador e potencie o hábito do recurso à mesma no âmbito da prática desportiva, consideramos ser de sugerir ainda os seguintes meios ao nível da divulgação:

- **Flyer** com informação resumida, para disponibilização em diversos locais, nomeadamente em Escolas;
- **Mapa** com os principais espaços / locais, divididos por Freguesia, para facilitar uma melhor procura por filtros e categoria;
- Criação duma ação que teria como intuito levar às Escolas do Concelho de Sintra uma mostra das várias modalidades desportivas, Clubes e outras informações relevantes, iniciativa que teria como fator de especial atração, o convite a Atletas Premiados do Concelho de Sintra, de forma a partilharem o seu percurso com os alunos da Escola.

Submetida a mesma a votação, viu-se aprovada por unanimidade.

- Apresentação de Votos de Boas-Festas.